

INICIATIVA GULBENKIAN INTERGERACIONAL

Relatório de Avaliação Externa

APRESENTADO A

Fundação Calouste
Gulbenkian

POR

Instituto de Ciências
Biomédicas Abel Salazar
da Universidade do Porto

Equipa de avaliação:

Soraia Teles, Sara Guerra, Maria
João Azevedo, Óscar Ribeiro,
Constança Paúl



JANEIRO DE 2023

Conteúdos

	Pág.
01 Sumário executivo	01
02 Gulbenkian Intergeracional em perspetiva	05
03 Avaliação externa	10
04 Contributos da iniciativa Gulbenkian Intergeracional	13
Contributo para colocar a justiça Intergeracional na agenda política	14
Contributo para incentivar os decisores políticos a considerarem critérios de justiça intergeracional na definição de políticas públicas	20
Contributo para a discussão pública sobre justiça intergeracional	25
Contributo para a investigação e desenvolvimento	30
Justiça para todas as gerações	35
05 História de impacto da iniciativa Gulbenkian Intergeracional	37



01 Sumário executivo

A iniciativa Gulbenkian Intergeneracional traduz-se em cinco anos de trabalho (2018-2022) dedicado a trazer a justiça intergeracional para a discussão pública e para a agenda política, assim como a incentivar os decisores políticos a considerar critérios de justiça intergeracional na definição de políticas públicas. Com forte investimento na criação de conhecimento, a iniciativa produziu, entre outros *outputs*, 9 estudos (5 de diagnóstico e 4 temáticos) e 2 propostas, incluindo uma nova metodologia de avaliação do impacto intergeracional das políticas públicas.

Findo o período de execução da iniciativa, a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) solicitou uma avaliação externa da iniciativa, com o intuito de apreciar a sua contribuição para i. a promoção da reflexão e do debate sobre justiça intergeracional, na discussão pública e na agenda política; e ii. incentivar os decisores políticos a considerarem critérios de justiça intergeracional na definição de políticas públicas. Pretendeu-se ainda iii. identificar os principais resultados (quantitativos e qualitativos) que foram gerados por esta iniciativa, bem como o valor/impacto trazido à sociedade; e iv. sinalizar as potencialidades e limites do projeto, tecendo recomendações.

O estudo avaliativo sustentou-se em três pilares: i. análise documental; ii. pesquisa documental (levantamento e análise de discursos parlamentares, levantamento e análise de artigos em imprensa *online*, levantamento de citações de produtos científicos); e iii. coleta de dados primários junto de *stakeholders* (entrevistas a coordenadores, consultores, agentes políticos, e partes interessadas na metodologia de avaliação de políticas públicas; *e-survey* a investigadores da iniciativa, jovens participantes no projeto #GeraçõesComVoz e participantes nas formações da metodologia). Constrangimentos ao estudo avaliativo relacionaram-se sobretudo com a baixa taxa de resposta dos diversos *stakeholders*.

Principais resultados

Planeamento

- A iniciativa Gulbenkian Intergeneracional foi planeada de forma refletida. A definição dos seus objetivos e atividades alicerçou-se nas conclusões de workshops com especialistas multidisciplinares, assim como num notório trabalho de *benchmarking* com Fundações e *Think Tanks* nacionais e internacionais que atuam na área da justiça intergeracional e em áreas afins.

Contributo para a agenda política

- Há alguma evidência de reconhecimento, por parte de atores políticos, da relevância dos estudos produzidos pela iniciativa, manifesta na referência à iniciativa em dois Projetos de Lei (área Habitação, N.º 319/XV/1.^a e N.º 275/XV/1.^a), num Projeto de Resolução (área Emprego, N.º 164/XV/1.^a), e em declarações em reunião plenária na Assembleia da República, assim como em entrevistas a deputados, no plano mediático e na participação destes atores em eventos da iniciativa (e.g., conferência final).
- Em relação a outras iniciativas nacionais por Fundações no tópico da justiça intergeracional, a iniciativa Gulbenkian Intergeneracional é a mais citada em Diários da Assembleia da República. Entre as iniciativas promovidas pela Fundação Calouste Gulbenkian é, a par da iniciativa Gulbenkian Oceanos, a mais citada nestes diários.

01 Sumário executivo

Principais resultados (cont.)

■ Contributo para a definição de políticas públicas intergeracionalmente justas

- A metodologia de avaliação das políticas públicas desenvolvida pela iniciativa Gulbenkian Intergeracional é reconhecida por *stakeholders* nacionais e internacionais como inovadora, sendo uma das primeiras propostas do seu género no contexto Europeu e posicionando a FCG na vanguarda de um movimento internacional para tornar a democracia mais resiliente aos desafios que se antecipam. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) reconhece o grau de inovação da metodologia ao iniciar convites de colaboração com a FCG na área da justiça intergeracional e disponibilizar informação sobre a metodologia aos estados-membros.
- Entre os *stakeholders* nacionais envolvidos no *peer review* e pilotagem da metodologia, não havendo evidência da utilização, pós-projeto, da metodologia "as is", há evidência da apropriação de princípios ou do uso de componentes da metodologia. São percebidos resultados positivos do contacto com esta metodologia, que incluem a consciencialização dos parceiros para o tema da justiça intergeracional e a relevância atribuída ao tópico nas agendas das organizações em que operam.
- A FCG tem procurado criar condições para o refinamento e a continuidade da metodologia, tendo estabelecido um protocolo com o *Economics for Policy da Nova School of Business and Economics* (NOVA SBE) para o estudo, formação e promoção da metodologia.

■ Contributo para a discussão pública

- O impacto mediático da iniciativa é evidente, com centenas de artigos (313) publicados em órgãos de comunicação social (OCS) diversos e de grande notoriedade. Deste universo de publicações, 73.5% (230) referem-se exclusivamente a esta iniciativa.
- A FCG é, desde 2015 e numa amostra de OCS online (Público, Expresso e Correio da Manhã), a entidade que mais surge associada a estudos e/ou intervenções sobre o tema da justiça intergeracional (representando 41% dos artigos sobre este tema que fazem referência a estudos, nestes OCS).
- As campanhas de promoção da iniciativa nas redes sociais (*Facebook, LinkedIn, Instagram, Twitter, Youtube*) alcançaram 4 690 089 pessoas em 4 anos (2019-2022) e o *microsite* "de Hoje para Amanhã" contabilizou 70 mil visualizações. Em todos os meios digitais, há boa comunicação de ciência, com a produção de informação acessível e inclusiva, de obtenção livre, e visualmente atrativa para o público em geral (linguagem simples, uso de vídeos, informação legendada em português e inglês, visualização dinâmica de dados). Tais princípios de comunicação são centrais para promover a formação de opinião e a participação dos cidadãos nos assuntos que os afetam e estão em linha com as tendências do mundo fundacional.

01 Sumário executivo

Principais resultados (cont.)

■ Contributo para a investigação e desenvolvimento

- Da iniciativa resultaram pelo menos 82 produtos científicos[1] (publicações, comunicações, formações, 3 artigos científicos internacionais). A qualidade e inovação dos estudos foi reconhecida por stakeholders e peer reviewers.
- Os investigadores envolvidos na iniciativa percebem a influência da sua participação na definição de novas linhas de trabalho, submissão de projetos (n= 7) e participação em redes de trabalho na área da justiça intergeracional ou áreas afins (n=10).
- Há evidência de contributos da iniciativa para a formação (em 10 disciplinas de formação graduada e 2 de não graduada) e trabalho académico no âmbito da justiça intergeracional (e.g., 3 teses de doutoramento), relevante para captar o interesse de novas gerações de investigadores para o tópico da justiça intergeracional.

(1) Atendendo à baixa taxa de participação dos investigadores no levantamento dos indicadores (31,3%, n=10), espera-se que os mesmos se encontrem *sub-reportados*.

■ Contributo na área da juventude

- Os jovens participantes na iniciativa e que colaboraram no processo de avaliação identificam resultados positivos da sua participação, que incluem maior empatia com as gerações mais velhas e desconstrução de crenças intergeracionais, maior consciencialização para os problemas sociais, e estímulo à participação em projectos/movimentos associativos de jovens.
- Destacam-se algumas colaborações iniciadas com entidades com foco nos jovens e seus interesses, nomeadamente o Conselho Nacional de Juventude, a Apolitical Academy, a OCDE (na área youth empowerment and intergenerational equity), a Casa Civil (na área da juventude e diálogo intergeracional), assim como a participação dos jovens (do projecto #GeraçõesComVoz) na conferência final da iniciativa.
- Verifica-se também o interesse de movimentos associativos juvenis no tópico da justiça intergeracional, havendo inclusivamente uma referência à Iniciativa Gulbenkian Intergeracional no "Manifesto Nacional" da Federação Nacional das Associações Juvenis.

01 Sumário executivo

Considerações e recomendações

- Há pouca evidência de envolvimento de atores políticos na iniciativa, com participação essencialmente em momentos consultivos (estudo de diagnóstico, eventos de disseminação) vs. colaborativos. Adicionalmente, o alcance da Iniciativa Gulbenkian Intergeracional na comunidade política parece ser limitada, por exemplo se considerarmos que dos 4 políticos entrevistados, apenas 1 destes referiu conhecer a iniciativa. A permanência do tema na agenda política beneficiaria de ações continuadas com foco na participação ativa de agentes políticos (e.g., reuniões com representantes de partidos políticos). O envolvimento do poder local seria de interesse.
- Ainda que se encontrem em prática ações para refinar e alavancar o uso da metodologia de avaliação de políticas (e.g., parceria com a NOVA SBE), a estratégia de saída para a metodologia não deixa claro o modelo de governança a adotar no futuro nem o grau de envolvimento planeado para entidades multissetoriais de todo o país. Recomenda-se a monitorização do uso da metodologia por entidades nacionais, assim como a continuidade da oferta formativa na mesma.
- Os contributos para a discussão pública dão-se, em boa medida, pela presença mediática da iniciativa havendo carência de ações que promovam a participação dos cidadãos num diálogo inclusivo sobre justiça intergeracional. A manutenção do tema da justiça intergeracional no debate público e agenda política poderá depender de criar uma estrutura de continuidade, como seria uma rede de instituições nacionais e multissetoriais comprometidas com o tópico.
- Denota-se um número limitado de indicadores de produção científica, atendendo ao número, qualidade e grau de inovação dos estudos/relatórios produzidos, assim como à duração da iniciativa, e número de investigadores implicados. Em futuras iniciativas recomenda-se a definição de mecanismos de estímulo à produção científica através de apoio financeiro e definição contratual deste indicador, de forma a promover o impacto dos estudos junto da comunidade científica.
- Identifica-se um envolvimento insuficiente de grupos/associações de jovens nas diversas fases da iniciativa. Sendo os jovens entendidos como "proxy" dos interesses das gerações vindouras, esta lacuna é particularmente importante mesmo se considerada a diferença geracional com quem planeia, implementa e dissemina a iniciativa. Em iniciativas futuras, seria instrumental dar voz aos que viverão por mais tempo com as consequências das decisões atuais.
- Na promoção da justiça intergeracional importaria fomentar o diálogo intergeracional sobre formas de abordar desafios intertemporais e pensar num futuro promissor. Fóruns participativos e interativos que reúnam diferentes gerações para criar conhecimento e significado partilhados, seriam experiências de interesse. A constituição de um painel residente, na FCG, de cidadãos das diversas esferas da sociedade e que possam constituir pivots de mudança seria útil ao desenho, implementação e dimensionamento de futuras iniciativas em virtualmente qualquer âmbito.
- Atendendo ao objetivo *high level* de "contribuir para a discussão pública e política sobre justiça intergeracional", teria sido fundamental assegurar mecanismos de monitorização dos resultados desta iniciativa e de outras nos mesmos moldes, com vista a apreciar *on going* o impacto das ações e fazer ajustes atempados.

02 Gulbenkian Intergeracional em perspetiva

Justiça intergeracional

O desenvolvimento sustentável afirma-se - no relatório Brundtland (Nações Unidas) [2] - como aquele que "*responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de resposta das gerações futuras às suas próprias necessidades*" (16). Desta definição decorre a necessidade de instalar, na agenda política, preocupações e objetivos de desenvolvimento económico intergeracionalmente justo.

O conceito de justiça intergeracional (indistintamente também referido como equidade, solidariedade, igualdade, sustentabilidade, responsabilidade intergeracional) assenta exatamente na premissa de que a promoção do bem-estar das gerações atuais não deve comprometer as oportunidades e os recursos das gerações futuras [3]. Este conceito tem sido objeto de investigação, de análises filosóficas e de debate público, particularmente nos tópicos da sustentabilidade dos recursos ecológicos, da dívida pública, assim como dos sistemas de saúde e de proteção social.

Ainda que não se conheçam todas as condições necessárias para alcançar uma sociedade intergeracionalmente justa, são imprescindíveis para esse fim a consciencialização, educação, fomento do altruísmo intergeracional nas gerações atuais, assim como a implementação de políticas públicas que considerem o longo prazo. Contudo, a elaboração de políticas nacionais e internacionais está inerentemente limitada a uma reflexão a curto-prazo por ciclos eleitorais e os custos das decisões políticas, económicas e sociais de hoje são, não raras vezes, deslocados para o futuro. Os problemas que afetam o futuro frequentemente carecem de atenção pública e política e as gerações mais afetadas - as mais jovens e ainda por nascer - estão sub-representadas ou não têm voz no processo de tomada de decisão.

[SOCIETY IS] A PARTNERSHIP NOT ONLY BETWEEN THOSE WHO ARE LIVING, BUT BETWEEN THOSE WHO ARE LIVING, THOSE WHO ARE DEAD, AND THOSE WHO ARE TO BE BORN."

Edmund Burke [1]

Gulbenkian Intergeracional

Em 2017, como resultado de uma reflexão estratégica, a FCG define como área prioritária de ação a sustentabilidade - conceito, na linha de Brundtland [2], intrinsecamente ligado ao de justiça intergeracional. A iniciativa Gulbenkian Intergeracional emerge do diagnóstico de que i. subsistem lacunas no que diz respeito à opinião pública e conhecimento em matéria de justiça intergeracional; e ii. não é evidente a consideração dos interesses das gerações futuras nos processos de tomada de decisão atuais [4]. Nesta linha, são definidos para a iniciativa dois objetivos*: 1) promover a reflexão e debate sobre justiça intergeracional, trazendo o tema para a discussão pública e para a agenda política; e 2) incentivar os decisores políticos a considerarem critérios de justiça intergeracional na definição de políticas públicas (cf. Figura 1). Vem a desenhar-se como uma iniciativa de produção de conhecimento - baseada em estudos e debates - mas também vocacionada para a ação, ao propor, e.g., uma ferramenta de avaliação de políticas públicas (cf. Figura 3). Os objetivos da iniciativa alinham-se com os de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ODS 10 e ODS 16).

[1] Edmund Burke (1790). Reflections on the Revolution in France.

[2] Brundtland, G. H. (Ed.). (1987). Our common future. Report of the World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press.

[3] Branquinho C., Xavier L.L., Andrade C., et al. (2022). We Are Concerned about the Future and We Are Here to Support the Change: Let's Talk and Work Together! *Children*, 9(10):1574. 10.3390/children9101574.

[4] Programa Gulbenkian Sustentabilidade, s.d.

* Ligeira reformulação dos objetivos em relação à proposta inicial [4] - "Promover a reflexão sobre os compromissos entre decisões tomadas pelas atuais gerações e os seus impactos nas gerações futuras, aumentando a perceção pública sobre o tema e integrando-o no debate e nas políticas públicas" - não altera, em essência, os propósitos da iniciativa e reflete melhor a preocupação com todas as gerações.

02 Gulbenkian Intergeneracional em perspetiva

Objetivos

- O1: Promover a reflexão e o debate sobre a justiça intergeracional, trazendo o tema para a discussão pública e para a agenda política
- O2: Incentivar os decisores políticos a considerarem critérios de justiça intergeracional na definição de políticas públicas

Figura 1: Objetivos da iniciativa "Gulbenkian intergeracional"

A iniciativa Gulbenkian Intergeneracional inicia-se assim em 2018 (-2022) no âmbito do Programa Gulbenkian Sustentabilidade. Alinha-se não apenas com a prioridade estratégica da FCG com o mesmo nome - "Sustentabilidade" - como também com as restantes duas prioridades estratégicas definidas para o período de 2018-2022 - "Coesão e Integração Social", e "Conhecimento". Encontra ainda perfeito alinhamento com a missão da FCG de construir *"uma sociedade que ofereça iguais oportunidades e que seja sustentável"* [5]. Com efeito, a FCG encontra-se *à priori* bem posicionada para contribuir para o conhecimento e debate sobre justiça intergeracional atendendo à sua capacidade de convocatória e isenção.

O programa Gulbenkian Sustentabilidade foi planeado a dois eixos estratégicos - Justiça Intergeneracional e Produção e Consumo Sustentável - prevendo-se o trabalho integrado destes dois temas* [4]. Em 2020, a iniciativa Gulbenkian Intergeneracional transita para o Fórum Gulbenkian Futuro, pensado para gerar conhecimento e levar à discussão pública os grandes desafios do futuro. Em razão dessa integração vem a beneficiar, ao longo da implementação do projeto, do apoio da equipa e comissão científica do Fórum Futuro.

A iniciativa Gulbenkian Intergeneracional foi planeada com profundidade [4]. Realizaram-se *workshops* internos com especialistas de diversas áreas (e.g., democracia), retirando-se conclusões que permitiram direcionar os objetivos e atividades da iniciativa. Notavelmente, foi levado a cabo um

trabalho de *benchmarking* com entidades nacionais e internacionais com histórico de atividade na área da justiça intergeracional ou afins (e.g., participação política dos jovens [4]). Esse trabalho teve implicações diretas na definição de atividades e estratégias para a iniciativa. Nesse âmbito, é evidente o investimento em apreender com as experiências de outras Fundações e *think-tanks* internacionais (e.g., Foundation for the Rights of Future Generations, Intergenerational Foundation, World Future Council, Fundação Bertelsmann) e nacionais (Fundação Francisco Manuel dos Santos). Tentativas subsequentes de parceria com Fundações foram poucas vezes bem sucedidas, em razão das suas prioridades estratégicas ou sustentabilidade. Entre as parcerias previstas para a prossecução dos objetivos da iniciativa [4] sobressaem as estabelecidas com universidades e centros de investigação, tendo a iniciativa contado com a participação de um grupo alargado de investigadores (cf. p. 31). Considerando a falta de resposta da comunidade científica à primeira *call for proposals* lançada pela FCG em 2017, a participação conseguida é um exemplo de resiliência na gestão da iniciativa. A centralização, em Lisboa (com destaque para a NOVA SBE), das equipas de investigação envolvidas é reconhecida. Em resposta, existiram tentativas de disseminação alargada das *calls* pela FCG, ainda que sem implicações na diversidade geográfica conseguida, em razão do baixo número de candidaturas por universidades e centros de investigação do resto do país. Através da adjudicação de *peer reviews* para os estudos temáticos da iniciativa (cf. Figura 3), a FCG foi capaz de envolver especialistas/entidades de outras regiões do país, assim como internacionais.

[4] Programa Gulbenkian Sustentabilidade, s.d.

[5] Em: <https://gulbenkian.pt/fundacao/apresentacao/>

(*) Na avaliação externa não ficou claro que tenha havido um trabalho integrado destes dois eixos. Quanto ao grau de articulação da iniciativa com outras do cluster Sociedade e Democracia, há registo de colaboração com o Estudo sobre a Participação Política dos Jovens em Portugal, por via da presença do coordenador da iniciativa Gulbenkian Intergeneracional (Luís Lobo Xavier) na conferência "Participação Política dos Jovens: Que Futuros?".

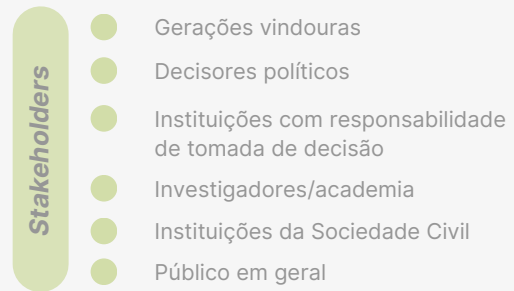
02 Gulbenkian intergeracional em perspetiva

Ainda relativamente ao plano inicial de parcerias [4], há evidência de colaboração com diversas entidades nacionais (e.g., Tribunal de Contas, Banco de Portugal) e internacionais (e.g., *SOIF*) numa ou mais fases da iniciativa. Face ao planeado [4], é lacunar a colaboração com organizações da sociedade civil que promovam projetos de carácter intergeracional, objetivo que vem a ser assegurado noutros programas da FCG: "Coesão Social" e, mais tarde, "Desenvolvimento Sustentável". Não há ainda evidência do envolvimento, nas diferentes fases do projeto, de um painel de cidadãos de diferentes gerações. No desenho da iniciativa definem-se como beneficiários finais as "gerações vindouras, cujo interesse se procura salvaguardar, e a sociedade como um todo, que beneficiará de um Contrato Social mais sólido e duradouro" [4]. Sendo os jovens entendidos como 'proxy' para os interesses das gerações futuras, teria sido fundamental auscultar os seus interesses, ainda que os mesmos tenham sido explorados no âmbito de um estudo de diagnóstico (cf. #GeraçõesComVoz, p. 35). Acresce que, se na fase de planeamento, nos *outputs* e disseminação inicial da iniciativa vigorou um discurso quase totalmente focado nas gerações vindouras, a narrativa foi posteriormente ajustada para enfatizar o conceito de justiça para todas as gerações. Subjaz a premissa de que a justiça intergeracional não poderá ser tratada de forma geracionalmente unilateralista, entendendo-se as gerações mais velhas como "devedoras" e as gerações mais novas ou ainda por nascer como "credoras" de direitos, semeando-se assim um conflito latente entre gerações. Estes argumentos e o de que a promoção de um diálogo entre gerações é condição essencial para promoção da justiça intergeracional (cf. p. 35) reforçam a relevância que terá, em futuras iniciativas, envolver um painel multigeracional no seu desenho e implementação.

[4] Programa Gulbenkian Sustentabilidade, s.d.

(1) Impactos esperados: "Maior sentido de compromisso, ética e justiça distributiva entre as gerações atuais e as vindouras; integração do interesse das gerações futuras nos processos de tomada de decisão atuais; contrato social restaurado e mais sólido e duradouro" (em [4]).

Figura 2: Stakeholders da iniciativa



Ainda no planeamento da iniciativa, é clara a preocupação de desenhar para o impacto, com o apontamento de indicadores de acompanhamento, resultado, "impacto" e respetivos instrumentos de avaliação [4]. Contudo, sendo os objetivos e impacto esperado da iniciativa *very high level* (1) (e portanto de difícil medição) teria sido relevante um desenho mais sistemático do plano de monitorização e de avaliação. A ausência deste plano, assim como a não recolha de indicadores previstos na proposta inicial (e.g., produção científica), reflete-se na indisponibilidade de alguns elementos úteis à avaliação da iniciativa, ainda que determinados indicadores tenham sido alvo de monitorização (e.g., notícias em órgãos de comunicação social).

A implementação da iniciativa Gulbenkian Intergeracional (2018-2022) operacionaliza-se, com um investimento de 1,25 milhões de euros (2), em três linhas de trabalho com objetivos e outputs próprios: i. diagnóstico, ii. estudos temáticos; e iii. propostas (cf. Figura 3). Todos os trabalhos foram encomendados a investigadores (inter)nacionais.

Diagnóstico

O projeto iniciou-se com uma clarificação dos desafios conceptuais da justiça intergeracional [6]. Realizaram-se 4 estudos de diagnóstico adicionais que visaram conhecer as perceções de políticos portugueses [7] e dos cidadãos [8] sobre o tema da justiça intergeracional; analisar a presença do tema nos discursos parlamentares e imprensa [9], e conhecer a visão dos jovens sobre o tema [10].

(2) 72% destinou-se a honorários de autores e revisores dos estudos.

02 Gulbenkian intergeracional em perspetiva

Os estudos recorreram a técnicas qualitativas e quantitativas de coleta de dados, incluindo entrevistas a responsáveis de partidos políticos portugueses com assento parlamentar (N=13) e inquérito a deputados portugueses (N=69) [7]; análise da presença dos conceitos de "justiça intergeracional" e de "sustentabilidade" nos discursos parlamentares (1976 a 2018) e em jornais generalistas de grande tiragem nacional (N=3), assim como em *tweets* [9]; um Inquérito às preferências intergeracionais à população portuguesa (N=801) [8]; entrevistas individuais e grupos focais com jovens de todo o país (coorte de 2002 e 2004; N=100) os quais, por sua vez, entrevistaram pessoas mais velhas (e.g., pais, avós; #GeraçõesComVoz) [10].

Estudos temáticos

Foram conduzidos quatro estudos temáticos que visaram avaliar, com base essencialmente em dados secundários, as principais desigualdades entre gerações nas áreas da habitação [11], finanças públicas [12], mercado de trabalho [13] e ambiente [14]. Todos os estudos temáticos foram sujeitos a um processo de *peer review*.

Propostas

Da iniciativa resultam ainda duas propostas. Analisaram-se tentativas de implementação de políticas em Portugal e identificaram-se condições que favorecem a implementação de políticas públicas a longo prazo [15]. Desenvolveu-se, conjuntamente com uma entidade internacional (*School of International Futures*) e com a colaboração de diversas entidades nacionais (e.g.,

Banco de Portugal, Tribunal de Contas), uma metodologia de avaliação do impacto intergeracional das políticas públicas [16]. A ferramenta informática e o guia prático da metodologia foram publicamente disponibilizados, tendo sido ainda realizadas sessões formativas breves *online* (2021), e formações "à medida" junto de entidades de relevo em matéria de políticas públicas (e.g., Casa Civil da Presidência da República) (cf. p. 19).

Outros produtos da iniciativa incluem *policy briefs*, e conteúdos audiovisuais destinados à divulgação dos estudos junto da população em geral. Os trabalhos da iniciativa encontram-se, em acesso aberto, na plataforma "de Hoje para Amanhã" (<https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/>). O relatório "Gulbenkian Intergeracional: Um compromisso com o futuro" [17] e o documento de resumo da Conferência, muito participada (cf. p. 26), "O estado do futuro: um compromisso entre gerações" [18] são duas peças de síntese dos resultados da iniciativa.

Em geral, cumprem-se as atividades planeadas para a iniciativa [4], ficando por cumprir a publicação periódica de análises de políticas públicas com recurso à nova metodologia de avaliação, estando contudo prevista na colaboração pós-projeto com a NOVA SBE (cf. p. 9). Foi implementada, como planeado [4], uma estratégia de *advocacy* junto de diversas entidades (e.g., Tribunal de Contas, Conselho das Finanças Públicas) para a integração do interesse das gerações futuras nos processos de tomada de decisão. No entanto, o Governo não parece ter sido, no geral, ativamente envolvido.

[4] Programa Gulbenkian Sustentabilidade, s.d.

[6] Fundação Calouste Gulbenkian (2018). Desafios Sobre Justiça Intergeracional.

[7] Moury, C., Cardoso, D., Cerejo, M. (2018). Perceções Da Classe Política Portuguesa Sobre a Justiça Intergeracional.

[8] Maximiano, S. (2018). Preferências Intergeracionais Da População Portuguesa.

[9] Gonçalves de Sá, J., Almeida, P., Perfeito, L. (2020). Justiça Intergeracional e Sustentabilidade - Uma Análise Dos Discursos Parlamentares e Dos Média.

[10] Gaspar de Matos, M., Branquinho, C. (2021). Uma Visão Dos Jovens Sobre Justiça Intergeracional - #GeraçõesComVoz.

[11] Xerez, R., Pereira, E., Cardoso, F. D. (2020). Habitação Própria Em Portugal Numa Perspetiva Intergeracional.

[12] Franco F., et al. (2021). Finanças Públicas, Uma Perspetiva Intergeracional.

[13] Martins, P. (2021). Equidade Intergeracional No Trabalho Em Portugal.

[14] Domingos, T., Silva Vieira, R. (2021). Limites Ecológicos: O Impacte Intergeracional Do Uso de Recursos Naturais.

[15] Moury, C., et al. (2021). Governar Para a Próxima Eleição Ou Para a Próxima Geração?

[16] SOIF - School of International Futures (2021). Metodologia de Avaliação Do Impacto Intergeracional Das Políticas Públicas.

[17] Fundação Calouste Gulbenkian (2022). Gulbenkian Intergeracional: Um Compromisso Com o Futuro.

[18] Pita Barros, P. (2022). O estado do futuro: um compromisso entre gerações.

02 Gulbenkian intergeracional em perspetiva



Globalmente, há evidência de que a iniciativa Gulbenkian Intergeracional ofereceu contributos no âmbito dos objetivos estratégicos definidos pela FCG para 2018-2022 (cf. p. 13, Contributo da iniciativa), designadamente para o posicionamento da FCG como centro de reflexão e de debate sobre grandes desafios da sociedade portuguesa (veja-se, e.g., o impacto mediático dos estudos, p. 25); e para o desenho de novas abordagens orientadas para a resolução de problemas, com foco, transversalidade e inovação (veja-se, e.g., as considerações sobre o grau de inovação da metodologia de avaliação de políticas públicas, p. 21).

Encerrados os trabalhos da iniciativa, é evidente a vontade da FCG de que entidades da academia e da sociedade civil possam dar continuidade e escalar o trabalho desenvolvido. Como principais ações nesse sentido, identifica-se o apoio: i. ao *Economics for Policy Knowledge Center* da NOVA SBE para refinar, utilizar, divulgar e formar estudantes e entidades na metodologia de avaliação do impacto intergeracional de políticas públicas; e ao ii. *Institute of Public Policy* (IPP) para o desenvolvimento de um índice de justiça intergeracional agregado (com indicadores nas áreas da habitação, mercado de trabalho, ambiente, dívida pública, saúde, e pobreza/desigualdade; projeto a 15 meses). É, ainda assim, preocupação comum entre informantes-chave (cf. p. 13, Contributos da iniciativa), que não tenham sido criadas as condições necessárias para escalar os resultados da iniciativa - especialmente o uso da metodologia de avaliação de políticas públicas - inclusivamente considerando o impacto (1) que mudanças estratégicas recentes na FCG possam ter no apoio continuado ao debate do tema da justiça intergeracional em Portugal.

Figura 3: Overview da iniciativa "Gulbenkian Intergeracional".

(1) Fonte: entrevistas (avaliação externa).

03 Avaliação externa

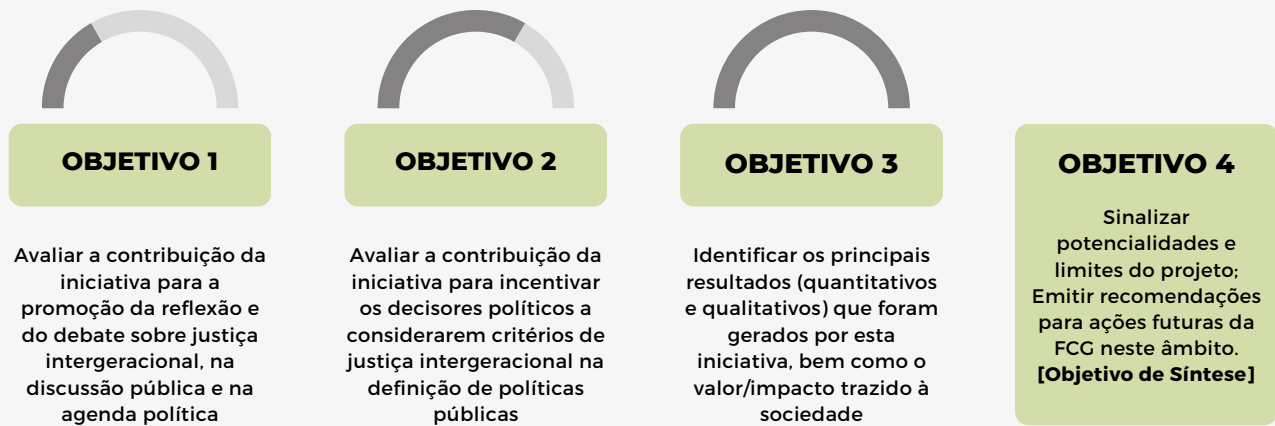


Figura 4: Objetivos da avaliação externa.

Nota metodológica

O estudo avaliativo sustentou-se em três pilares: i. análise documental (documentação fornecida pela FCG); ii. pesquisa documental (e.g., discursos parlamentares, artigos em imprensa online, citações de artigos científicos); e iii. coleta de dados primários junto do "cluster coordenação" (coordenação e consultoria) e de partes interessadas da iniciativa (entrevistas, questionários online). A triangulação destas fontes de informação permitiu obter uma panorâmica dos contributos da iniciativa para i. colocar a justiça intergeracional na agenda política (p. 14); ii. incentivar os decisores políticos a considerarem critérios de justiça intergeracional na definição de políticas públicas (p. 20); iii. a discussão pública sobre justiça intergeracional (p. 25); iv. a investigação (p. 30); apreciando-se ainda o envolvimento das gerações mais novas e mais velhas na iniciativa (p. 35).

Contributo para colocar a JI na agenda política

A apreciação do contributo da iniciativa a este nível baseia-se na triangulação da análise documental, análise de debates parlamentares, entrevistas semiestruturadas a deputados/membros do grupo de contacto de partidos, e de conteúdos sobre o tópico emergidos de entrevistas a *stakeholders*.

Debates parlamentares

Foram pesquisadas referências à iniciativa "Gulbenkian Intergeracional" em Diários da Assembleia da República (DAR). A pesquisa no Catálogo de Debates Parlamentares foi conduzida a 06/10 e replicada a 20/10 para possíveis atualizações. Incluíram-se DAR da série I (intervenção em plenário) e também da série II (textos), por se considerar mais provável a presença de citações em documentação. As *key-words* incluíram "Gulbenkian", "Fórum Futuro"; diferentes combinações de nomes de i. coordenadores, consultores, representantes da FCG (1), ii. autores dos estudos e *policy briefs* (N=14); e das entidades às quais os autores estavam afiliados. As páginas de DAR foram verificadas manualmente para menções à iniciativa, e ainda para categorização dos motivos de referência à FCG (em "personalidades", "projetos", "outros").

(1) Luís Lobo Xavier, Isabel Mota, João Labareda, João Sousa, Poiars Maduro, Pedro Pita Barros.

03 Avaliação externa

Entrevistas a decisores políticos

Foi desenhado um guião de entrevista semiestruturada para auscultar a perceção de decisores políticos acerca do impacto da iniciativa. O convite para entrevista foi enviado a todos os partidos com assento parlamentar na atual legislatura (BE, CHEGA, IL, LIVRE, PAN, PCP, PS, PSD), ficando à escolha do partido a nomeação do entrevistado. Um partido rejeitou o convite por questões de agenda e três não responderam ao convite/às tentativas de agendamento. Aos que aceitaram participar, foi conduzida uma entrevista por videoconferência (N=4, BE, IL, Livre, PS). Explorou-se o conhecimento dos entrevistados acerca da iniciativa; utilização de, e opinião acerca, dos seus *outputs*; e perceções sobre os indicadores promissores da mesma. As questões versaram ainda sobre a relevância da justiça intergeracional, destaque que lhe é dado no discurso e agenda política, e possíveis estratégias para encorajar decisores políticos a considerar o tema na sua agenda. As entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra e submetidas a análise de conteúdo.

Contributo para incentivar os decisores políticos a considerarem critérios de JI na definição de políticas públicas

Os contributos da iniciativa a este nível foram apreciados com base na triangulação da análise documental, entrevistas a parceiros e partes interessadas na metodologia e análise de *e-surveys* (questionário de satisfação pela FCG e questionário de seguimento pela equipa de avaliação) aos participantes capacitados para a metodologia em formações de curta duração (1 e 3 horas) (1).

Entrevistas a parceiros e partes interessadas na metodologia de avaliação de políticas públicas

Foi desenhado um guião de entrevista semiestruturada para auscultar parceiros e partes interessadas sobre a utilização da, e perceções

(1) Entre os 59 participantes nas formações apenas 5 autorizaram a partilha de contacto com a equipa de avaliação externa, condicionando o seguimento planeado para a avaliação e cujo o propósito seria o de aferir em que medida os participantes capacitados fizeram uso da metodologia pós-formação e avaliar a perceção sobre a metodologia.

sobre a metodologia. Entrevistaram-se pessoas de contacto (N=11) (2):

- i. da *School of International Futures* (SOIF; desenho da metodologia; n=3);
- ii. de instituições que participaram ativamente na experimentação da metodologia, por um lado contribuindo para o seu desenho e por outro sendo alvo de uma estratégia de *advocacy* [4] a favor dos interesses das gerações futuras nos processos de tomada de decisão atuais (Banco de Portugal, Tribunal de Contas, UTAI e UTAO);
- iii. de entidades capacitadas/que solicitaram, à FCG, formação/partilha de experiências acerca da metodologia (Casa Civil do Presidente da República, OCDE, e uma entidade capacitada na formação *online* breve da metodologia (3)); e
- iv. de entidade relevante para a continuidade da metodologia pós-iniciativa (NOVA SBE) (4). As questões incidiram, fundamentalmente, na utilização da metodologia, sua pertinência e grau de inovação, principais virtudes e desafios associados à sua implementação. Foi ainda explorado o impacto percebido da participação destas entidades na iniciativa, bem como a perceção sobre indicadores promissores da mesma. As entrevistas por videoconferência foram transcritas na íntegra e submetidas a análise de conteúdo.

Contributo para a discussão pública sobre justiça intergeracional

Para uma apreciação destes contributos recorreu-se à análise documental, análise de referências à iniciativa em órgãos de comunicação social (OCS; Fonte: listagem fornecida pela FCG, verificada na avaliação externa), pesquisa de publicações em jornais *online* e análise de conteúdos relacionados, emergidos de entrevistas a partes interessadas.

[4] Programa Gulbenkian Sustentabilidade, s.d.

(2) Sem feedback de uma das partes interessadas identificadas.

(3) Em resposta ao questionário online enviado pela equipa de avaliação às entidades participantes nas formações online breve da metodologia, um participante declarou ter aplicado a metodologia após a formação, sendo por isso convidado a ceder uma entrevista.

(4) A NOVA constituiu equipa para aperfeiçoar e oferecer formação na metodologia de avaliação de políticas públicas, sendo apoiada pela FCG, a quem deverá reportar indicadores de monitorização.

03 Avaliação externa

Pesquisa de publicações em jornais *online*

A listagem de referências à iniciativa em OCS - fornecida pela FCG e recolhida pela empresa Cision - foi verificada e classificada manualmente para o tipo de OCS, notoriedade, protagonistas e Automatic Advertising Value (AAV).

Para efeitos de *benchmarking* (em que medida esteve representada a FCG no número total de artigos nos media sobre JI), pesquisaram-se notícias com o termo "Intergeracional", publicadas entre Jan. 2015 - Nov. 2022, em 3 OCS de grande alcance *online* (Público, Expresso, e Correio da Manhã). Cada artigo foi verificado manualmente para a presença do conceito de justiça intergeracional e para a referência a estudos/relatórios, iniciativas ou intervenções de qualquer tipo, conduzidas por qualquer entidade.

Contributo para a investigação e desenvolvimento

Os contributos da iniciativa nesta área foram apreciados com base na triangulação da análise documental, resultados de dois *e-surveys* aos investigadores, e análise de conteúdos associados obtidos em entrevista a partes interessadas.

E-survey a investigadores da iniciativa

Foram desenvolvidos 2 *e-surveys* com os objetivos de i. levantar indicadores de produção, disseminação e de utilização dos resultados científicos da iniciativa (*e-survey* 1) ii. avaliar a satisfação dos investigadores com a sua participação na iniciativa; e iii. conhecer a sua perceção do impacto da mesma (*e-survey* 2).

Em particular, no primeiro *e-survey*, procedeu-se ao levantamento de publicações científicas e outras, livros e capítulos de livros, apresentações em encontros científicos e outros, projetos relacionados (a decorrer e submetidos), e utilização dos resultados da iniciativa em contexto académico.

Para os produtos científicos (incluindo os relatórios dos estudos publicados na plataforma "de Hoje para Amanhã") foram levantados indicadores de alcance disponíveis (citações, visualizações) em páginas das revistas científicas, motores de busca de literatura académica e rede social académica.

Com o segundo *e-survey*, procedeu-se ao levantamento de informação acerca das motivações para a participação na iniciativa; satisfação com a participação na iniciativa e condições dadas para o desenvolvimento dos estudos; perceção do impacto da iniciativa (nos investigadores e respetivas organizações, avanços no conhecimento e agenda de investigação, na agenda política e sociedade), suas mais valias e limitações; e perspectiva de continuidade da investigação no tópico.

Ambos os *e-surveys* foram enviados a todos os autores dos estudos e propostas, sendo o primeiro enviado ainda à coordenação da iniciativa e consultor (*e-survey* 1 N=32; *e-survey* 2 N=28). A taxa de resposta foi de 31.3% (N=10) no primeiro caso e de 25% (N=7) no segundo. Entre respondentes ao *e-survey* 1 houve, nalguns casos, (N=6) necessidade de esclarecimento sobre os indicadores científicos. Os resultados foram sumariados quantitativa e qualitativamente (p. 30).

Envolvimento das gerações mais novas e mais velhas

Considerações acerca dos envolvimento das gerações mais novas e mais velhas na iniciativa decorreram da análise documental e de entrevistas a partes interessadas. Foi distribuído um *e-survey* a jovens participantes no projeto #GeraçõesComVoz que autorizaram o contacto pela equipa de avaliação acerca do impacto percebido da participação no projeto. Contudo a taxa de resposta foi baixa (1).

Constrangimentos ao estudo avaliativo relacionaram-se sobretudo com a baixa taxa de resposta dos diversos *stakeholders* (e.g., decisores políticos, jovens, formandos) a *e-surveys* ou outros convites à participação. Identifica-se a necessidade de, em iniciativas futuras, serem implementados mecanismos de monitorização *on-going* que possibilitem uma avaliação final mais compreensiva.

(1) Entre os 16 jovens que autorizaram o contacto pela equipa de avaliação, apenas 2 responderam ao *e-survey*, não obstante os múltiplos *reminders*.

04 CONTRIBUTOS DA INICIATIVA

Contributo para colocar a justiça
Intergeracional na agenda política

Contributo para incentivar os decisores
políticos a considerarem critérios de justiça
intergeracional na definição de políticas
públicas

Contributo para a discussão pública
sobre justiça intergeracional

Contributo para a investigação e
desenvolvimento

Justiça para todas as gerações

Contributo para colocar a justiça intergeracional na agenda política

Com a iniciativa Gulbenkian Intergeracional, a FCG propôs-se a trazer o tema da justiça intergeracional para a agenda política, assim como a incentivar os decisores políticos a considerar critérios de justiça intergeracional na definição de políticas públicas. Na prossecução destes objetivos, como se descreveu (cf. p. 5), as ações da FCG passaram sobretudo pela produção de conhecimento (estudos) e de propostas. Sem prejuízo para outros *outputs*, destaca-se, neste âmbito, o estudo sobre as perceções da classe política sobre justiça intergeracional [7], por consultar decisores políticos (em entrevista, N=13; e num inquérito a deputados, N=69) acerca: da sua visão sobre o tema; apoio a políticas de redistribuição específicas e soluções institucionais para corrigir o desequilíbrio geracional; e dificuldades percebidas na aprovação de políticas de distribuição de recursos entre gerações. Através deste estudo, envolveram-se decisores políticos na iniciativa, ainda que, atendendo à sua natureza de 'diagnóstico', numa participação unicamente consultiva. Também a análise da presença do tema justiça intergeracional nos discursos parlamentares se destaca [9], pelo diagnóstico que faz e potencial que tem de consciencializar para a parca relevância dada ao tema nos debates políticos nacionais. Entre as propostas, destaca-se a identificação de casos de (in)sucesso na implementação, em Portugal, de políticas de longo prazo, por oferecer, com base em exemplos concretos, *insights* sobre os obstáculos e facilitadores dessa implementação [15]. Sublinha-se ainda aquele que parece ter sido um contributos-chave da iniciativa (cf. p. 20) para a prossecução destes objetivos: a proposta de uma metodologia inovadora de avaliação do impacto intergeracional de políticas [16].

No âmbito da iniciativa, a preocupação em produzir informação acessível a todas as partes interessadas é evidente (mais informação em p. 25) destacando-se a produção de 3 *policy briefs* [19-21] e de um documento de *key-messages* [22].

Sendo os *policy brief* uma ferramenta de disseminação de informação- concisa, inteligível, e dirigida (neste caso) a decisores -, que se faz acompanhar da sugestão de linhas de ação, teria sido relevante replicar estes bons exemplos para outros estudos da iniciativa, investindo na sua disseminação diretamente junto de decisores (1).

Da recolha de indicadores promissores do contributo da iniciativa para colocar a justiça intergeracional na agenda política, destacam-se, de seguida, os tópicos-chave de entrevistas a deputados/membros do grupo de contacto de partidos com assento parlamentar e a outras partes interessadas, assim como os resultados da análise de debates parlamentares.

(1) No processo de avaliação externa, não ficou claro o grau de disseminação dos *policy briefs* produzidos junto de decisores políticos.

[7] Moury, C., Cardoso, D., Cerejo, M. (2018). Perceções Da Classe Política Portuguesa Sobre a Justiça Intergeracional.

[9] Gonçalves de Sá, J., Almeida, P., Perfeito, L. (2020). Justiça Intergeracional e Sustentabilidade - Uma Análise Dos Discursos Parlamentares e Dos Média.

[15] Moury, C., et al. (2021). Governar Para a Próxima Eleição Ou Para a Próxima Geração? O caso de Portugal (1995-2019).

[16] SOIF - School of International Futures (2021). Metodologia de Avaliação Do Impacto Intergeracional Das Políticas Públicas.

[19] Martins, P. S. (2021). A equidade intergeracional no trabalho em Portugal: Policy brief.

[20] Center of Economics for Prosperity (n.d.). Finanças Públicas: uma perspectiva intergeracional: Policy Brief.

[21] Afonso, A., Alves, J., St. Aubyn, M. (2021). Policy Brief sobre o estudo "Finanças Públicas: Uma Perspetiva Intergeracional".

[22] Moury C., et al. (n.d.). Governar para a Próxima Eleição ou para a Próxima Geração? Mensagens Principais.

Contributo para colocar a justiça intergeracional na agenda política

Justiça intergeracional: visão dos deputados

Em entrevista a deputados (1), foi reconhecida a importância do tema da justiça intergeracional, assim como a necessidade em priorizá-lo no debate e na agenda política.

"(...) ACHO QUE EM PARTICULAR A JUSTIÇA INTERGERACIONAL TEM UMA ESPECIAL RELEVÂNCIA NO NOSSO PAÍS. EM PRIMEIRO LUGAR, NUM CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO, NA MEDIDA EM QUE NA ÚLTIMA DÉCADA HOVEU UMA...HOVEU EPISÓDIOS EM QUE FOI PEDIDO AOS JOVENS PARA SE SACRIFICAREM EM NOME DOS MAIS VELHOS, FOI PEDIDO AOS MAIS VELHOS PARA SE SACRIFICAREM EM NOME DOS MAIS JOVENS, NUMA ALUSÃO A UMA SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL. ENFIM... DEPOIS CABERÁ A CADA UM DE NÓS AVALIAR SE ELA REALMENTE EXISTIA OU SE FOI APENAS UM INSTRUMENTO RETÓRICO. EM SEGUNDO LUGAR, DEVIDO ÀS DIFICULDADES OBJETIVAS QUE NÓS, COMO UMA ECONOMIA DE RENDIMENTO MÉDIO, DE CERTA FORMA SENTIMOS."

Deputado (PS). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

"EU ACHO QUE ESTE TEMA [JUSTIÇA INTERGERACIONAL] DEVA SER CONSAGRADO INSTITUIÇÃO. E... COMO ORIENTAÇÃO MÁXIMA DA DECISÃO POLÍTICA."

Deputado (Livre). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

"A JUSTIÇA INTERGERACIONAL É UMA RESPONSABILIDADE POLÍTICA."

Deputado (Iniciativa Liberal). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

"(...) O TEMA DA JUSTIÇA INTERGERACIONAL É IMPORTANTE...NÃO O ESTOU A DIZER APENAS POR DESEJABILIDADE SOCIAL...CONSIDERO, DE FACTO, QUE SEJA IMPORTANTE TERMOS ISSO EM MENTE."

Deputado (BE). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

Se, por um lado, é reconhecida a importância do tema, por outro, é sublinhada a insuficiente relevância que lhe tem sido dada na agenda política. Emerge a ideia de que a pressão social para este assunto não tem sido suficiente, dando-se conta de mobilizações para problemas imediatos em detrimento de problemas futuros.

(1) Em razão do compromisso de anonimato e apagamento de dados dos atores políticos entrevistados no estudo de diagnóstico de Moury, Cardoso e Cerejo (2018) - "Perceções Da Classe Política Portuguesa Sobre a Justiça Intergeracional", não foi possível à equipa de avaliação externa entrevistar os decisores envolvidos na iniciativa. Dos contactos, por esta equipa, aos partidos políticos com assento parlamentar, 4 de 8 foram entrevistados (BE, IL, Livre, PS).

"NÃO SÃO ELEITOS PROJETOS POLÍTICOS QUE COLOQUEM A JUSTIÇA INTERGERACIONAL COMO PRIORIDADE... OU SEJA, ESTRATÉGIAS A LONGO-PRAZO, DECISÕES ALICERÇADAS NO CONHECIMENTO CIENTÍFICO..."

Deputado (Livre). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

"ATUALMENTE NÃO EXISTEM INCENTIVOS PARA A JUSTIÇA INTERGERACIONAL. A EDUCAÇÃO DOS ELEITORES PARA OS IMPACTOS DAS DECISÕES TOMADAS É CHAVE (...) TEMOS DE PROMOVER A LITERACIA ECONÓMICA E POLÍTICA, FAZER PRESSÃO SOCIAL, CONSCIENCIALIZAR E SENSIBILIZAR A COMUNIDADE PARA ESTE TEMA. UM ELEITORADO QUE NÃO ESTEJA CONSCIENTE VOTA EM POLÍTICAS A CURTO-PRAZO."

Deputado (Iniciativa Liberal). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

"TENHO UMA PERSPETIVA OTIMISTA SOBRE COMO INCENTIVAR DECISORES POLÍTICOS A CONSIDERAR CRITÉRIOS DE JUSTIÇA INTERGERACIONAL: O FOCO ESTÁ NA ÉTICA. É SERMOS CAPAZES DE DEFENDER MEDIDAS QUE SABEMOS QUE NOS VÃO TIRAR VOTOS."

Deputado (Iniciativa Liberal). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

Emerge ainda a ideia de que o tema da justiça intergeracional tem sido politizado e instrumentalizado para gerar austeridade sobre as gerações atuais, em linha com o diagnóstico da FCG (cf. p. 5) à data da proposta da iniciativa.

"PENSO QUE, ULTIMAMENTE, A SUSTENTABILIDADE TEM SIDO USADA DE FORMA CÍNICA, COMO ARGUMENTO PARA JUSTIFICAR OS CORTES ATUAIS...NÃO ACREDITO NUMA REAL PREOCUPAÇÃO COM AS GERAÇÕES FUTURAS (...) POR EXEMPLO, SE FOR PRECISO AUMENTAR A DÍVIDA PÚBLICA PARA REFORÇAR O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE, PARA FAZER FACE A UMA ALTERAÇÃO DEMOGRÁFICA COMO ESTÁ A ACONTECER EM PORTUGAL, NÃO O VAMOS FAZER? EU ACHO QUE SIM, AINDA QUE SAIBAMOS QUE UMA DÍVIDA PÚBLICA É PAGA DAQUI A 20 OU 30 ANOS. PODE SER UM FARDIO PARA UMA GERAÇÃO FUTURA, MAS EU ACHO QUE DEVEMOS FAZER ISSO AGORA."

Deputado (BE). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

Um dos deputados considera que a população jovem tem ocupado mais o discurso político mas não numa lógica de justiça intergeracional.

"EU ACHO QUE O TEMA TEM SIDO COLOCADO MUITO NA LÓGICA DE VALORIZAÇÃO DOS JOVENS E NÃO NUMA LÓGICA DE JUSTIÇA INTERGERACIONAL, O QUE É DIFERENTE, PORQUE NÃO HÁ UMA LÓGICA DE RECIPROCIDADE."

Deputado (PS). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

Contributo para colocar a justiça intergeracional na agenda política

Iniciativa Gulbenkian Intergeracional

Em entrevista com um deputado (PS), emerge a ideia de que a FCG foi bem sucedida, com a iniciativa Gulbenkian Intergeracional, em gerar uma *call to action* neste tema.

É reiterado o interesse nos estudos produzidos pela iniciativa, tendo o agente político citado ou utilizado os seus resultados (estudos de diagnóstico) como linha orientadora em intervenções numa conferência nacional, assim como em debates de Comissão Política e Reuniões Plenárias na Assembleia da República (cf. p. 18 para o levantamento das referências diretas aos estudos da iniciativa em Diários da Assembleia da República). O mesmo ator político destacou o seu interesse em dialogar com os promotores da iniciativa, dando nota de ter abordado a equipa de investigação de um dos estudos de diagnóstico.

"E, PORTANTO, AQUILO QUE FORAM OS VÁRIAS ALERTAS QUE A FUNDAÇÃO, ATRAVÉS DOS ESTUDOS, CONSEGUIU LANÇAR NA ÁREA DA HABITAÇÃO, NA ÁREA DO TRABALHO, ENTRE OUTRAS. É DE FACTO ALGO QUE... ME FOI INTERESSANTE, COMO AGENTE POLÍTICO."

Deputado (PS). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

Os deputados do Bloco de Esquerda, Iniciativa Liberal e Livre desconheciam a iniciativa. Contudo, destacaram a pertinência do trabalho realizado pela FCG ao abordar a temática da Justiça intergeracional. Salientaram, sobretudo, a relevância de implementar uma metodologia de avaliação do impacto intergeracional de políticas públicas, em linha com a que foi proposta pela FCG (cf. p. 20).

"SOU UM GRANDE DEFENSOR DE QUE SE FAÇAM ANÁLISES APROFUNDADAS DO IMPACTO DAS MEDIDAS QUE APRESENTAMOS. E DEVÍAMOS INCLUIR NESSAS ANÁLISES O CUSTO INTERGERACIONAL."

Deputado (Iniciativa Liberal). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

"VEJO A IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA COM ÓTIMOS OLHOS PORQUE ESSE TIPO DE ABORDAGEM É ALGO QUE TENTAMOS FAZER; OU SEJA, DECIDIR COM BASE NO CONHECIMENTO CIENTÍFICO, EM INFORMAÇÃO ORGANIZADA... E QUE PERMITA UMA PERSPETIVA MAIS RIGOROSA SOBRE A REALIDADE E O TIPO DE POLÍTICAS QUE ESTAMOS A ANALISAR. ESSA RELAÇÃO INTERGERACIONAL É MUITO IMPORTANTE PARA CONSIDERAR EM VÁRIAS ÁREAS, NOMEADAMENTE NA HABITAÇÃO."

Deputado (Livre). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

Entre parceiros da iniciativa, entende-se que os estudos e ações onde se deu o envolvimento direto de agentes políticos tiveram o efeito imediato de promover, entre estes, a reflexão sobre o tema da justiça intergeracional.

"(...) O IMPACTO IMEDIATO DE CONTACTOS QUE A GULBENKIAN FAZ COM DIFERENTES ATORES PARECE QUE PRODUZ ALGUM EFEITO NESSE MOMENTO. E PORTANTO DURANTE ALGUNS MESES ISSO PROVA... LEVA A UMA MAIOR ATENÇÃO A ESTE ASPECTO (...) POR EXEMPLO, OS ESTUDOS DE DIAGNÓSTICO INICIAL EM QUE HOUVE CONTACTO DOS DEPUTADOS COM O ESTUDO DA CATHERINE MOURY, ACHO QUE ISSO...ATÉ PORQUE EU CONHECIA ALGUNS DOS DEPUTADOS QUE ACABARAM POR ESTAR ENVOLVIDOS. DEU PARA PERCEBER QUE AQUILO OS FEZ PENSAR, NÃO É?"

Parceiro da iniciativa (E3). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

Contributo para colocar a justiça intergeracional na agenda política

No plano mediático, existem vários exemplos de referências aos estudos da iniciativa por agentes políticos. Por exemplo, o Ministro da Economia cita resultados do estudo sobre o mercado de trabalho em Portugal [13] no debate do Orçamento de Estado para 2022 (Outubro de 2021); Francisco Rodrigues dos Santos (CDS, à data líder da juventude popular) comenta (TSF-Rádio Notícias, Junho de 2019) o estudo acerca das preferências intergeracionais da população portuguesa [8]; o Bloco de Esquerda partilha, na sua *webpage* (*esquerda.net*), artigos sobre os estudos temáticos "A equidade intergeracional no trabalho em Portugal" (Outubro, 2021) [13], e "Limites Ecológicos: o impacto intergeracional do uso de recursos naturais" (Dezembro, 2021) [14]. Em declaração feita na conferência final da iniciativa - "O estado do futuro: um compromisso entre gerações" - (e amplamente divulgada em órgãos de comunicação social, e.g., [23]), o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, sublinha a importância do tema da justiça intergeracional na vida dos portugueses, na orgânica do Estado e na sustentabilidade da democracia, destacando o "*contributo valioso*" dos estudos produzidos pela iniciativa.

"OS ESTUDOS QUE HOJE SÃO APRESENTADOS PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN REPRESENTAM UM CONTRIBUTO VALIOSO PARA ESTE DEBATE, DESDE AS DISPARIDADES NO ACESSO À HABITAÇÃO, NO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO, QUE MARCAM GERAÇÕES COM CONSEQUÊNCIAS IMPORTANTES PARA O SEU BEM-ESTAR AO LONGO DA VIDA, AO SALDO AMBIENTAL QUE DEIXAMOS PARA AS GERAÇÕES FUTURAS, OU AO DIFÍCIL EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS QUE É NECESSÁRIO GARANTIR PARA QUE HAJA PADRÕES DE EQUIDADE E JUSTIÇA ENTRE AS DIVERSAS GERAÇÕES."

Marcelo Rebelo de Sousa. Fonte: declarações transmitidas na conferência "O estado do futuro: um compromisso entre gerações"

Destaca-se ainda a presença de inúmeros atores políticos (nacionais e internacionais) nesta conferência, tanto na assistência como enquanto oradores (e.g., Adolfo Mesquita Nunes, ex-Deputado; Mariana Mortágua, Deputada; Jorge Moreira da Silva, ex-Ministro do Ambiente; Lídia Pereira, Eurodeputada; Miguel Costa Matos, Deputado; Jane Davidson, ex-Ministra do Ambiente e da Sustentabilidade, País de Gales).

Envolvimento dos atores políticos

Entre os entrevistados (atores políticos e parceiros) predomina a ideia de que teria sido fundamental promover, no âmbito da iniciativa, ações de divulgação/consciencialização ou de trabalho colaborativo que envolvessem diretamente os atores políticos. A participação de atores políticos na iniciativa dá-se por meio de um estudo de diagnóstico [7] e de momentos únicos (e.g., conferência final), não havendo evidência de ações de *advocacy*, especialmente de carácter sistemático e continuado, junto de, por exemplo, deputados, membros do Governo (e.g., presenças na Assembleia da República, reuniões com líderes de partidos políticos, propostas de consenso sobre o tema da justiça intergeracional em Portugal). No âmbito da metodologia de avaliação destaca-se positivamente o envolvimento de unidades técnicas como a UTAO e a UTAIL (cf. p. 20) ou da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática. É consensual a ideia, entre entrevistados, de que sem ações continuadas que envolvam os atores políticos, os efeitos que possam ter sido conseguidos com a colocação do tema da justiça intergeracional no debate público e agenda política tendem a "*desaparecer*" (Entrevistado 3) no médio prazo.

"EU ACHO QUE ESTAS INICIATIVAS TIVERAM O MÉRITO DE... COLOCAR NA AGENDA O TEMA DA EQUIDADE INTERGERACIONAL. SÓ QUE QUAL É O PROBLEMA DESTAS ATIVIDADES? É QUE ESSA COLOCAÇÃO NA AGENDA É EFÊMERA."

Parceiro da iniciativa (E2). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

[7] Moury, C., Cardoso, D., Cerejo, M. (2018). Perceções Da Classe Política Portuguesa Sobre a Justiça Intergeracional.

[8] Maximiano, S. (2018). Preferências Intergeracionais Da População Portuguesa.

[13] Martins, P. (2021). Equidade Intergeracional No Trabalho Em Portugal.

[14] Domingos, T., Silva Vieira, R. (2021). Limites Ecológicos: O Impacte Intergeracional Do Uso de Recursos Naturais.

[23] <https://expresso.pt/politica/2022-03-22-Marcelo-alerta-para-clivagem-entre-geracoes-e-pede-equidade-e-convergencia-1845121c>

Contributo para colocar a justiça intergeracional na agenda política

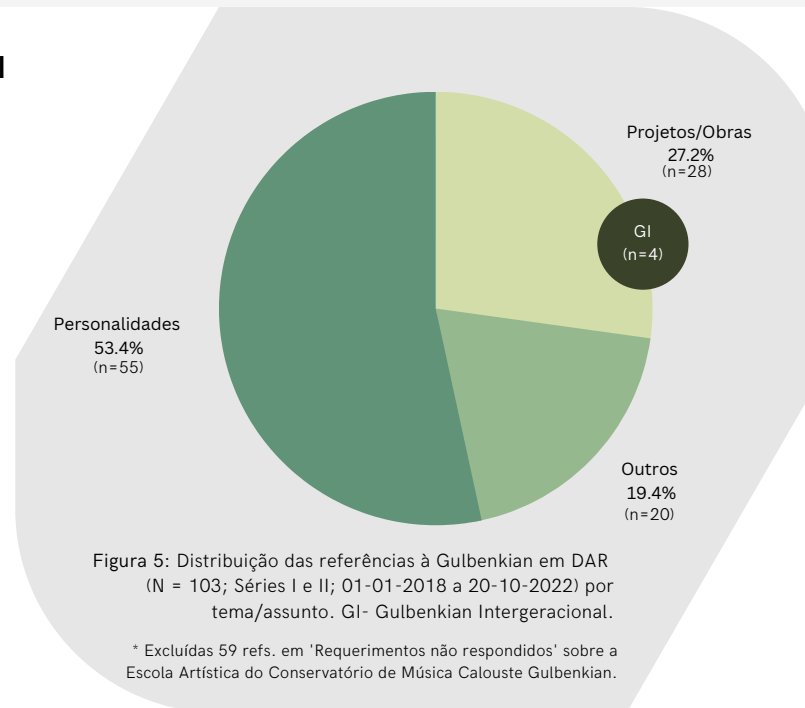
Gulbenkian & Gulbenkian Intergeracional nos debates parlamentares

Foi conduzida uma pesquisa no Catálogo de Debates Parlamentares com o propósito de identificar referências à iniciativa Gulbenkian Intergeracional em Diários da Assembleia da República (DAR). Documentaram-se não apenas estas referências como todas à FCG e respetivos motivos (cf. Nota metodológica, p. 10).

No intervalo de 5 anos (01-Jan-2018 a 20-Out-2022) a FCG foi referida em 103 Diários da Assembleia da República (DAR; Série I e Série II*; cf. Figura 5). A maioria das referências consiste em 'notas de pesar' ou outras menções a personalidades ligadas à FCG de formas diversas (e.g., artistas apoiados pela FCG) (1).

Em 27.2% (N=28) dos DAR são referidos projetos ou publicações da FCG (2). Em 4 destes, é feita referência à iniciativa Gulbenkian Intergeracional que é, a par da iniciativa Gulbenkian Oceanos, o projeto da FCG mais citado em DAR. São citados: o estudo de diagnóstico "Uma análise dos Discursos parlamentares e dos média" [9]; e os estudos temáticos "Habitação Própria em Portugal numa Perspetiva Intergeracional" [11] e "A Equidade Intergeracional no Trabalho em Portugal" [13]. Os estudos temáticos citam-se em (cf. p. 19):

- Um Projeto de Resolução
(no qual o estudo de Pedro Martins para a FCG é a única referência bibliográfica)
 - N.º 164/XV/1.^a Maior fiscalização dos contratos a termo, Partido: PS
- Dois Projetos de Lei
 - N.º 319/XV/1.^a Aprova o regime de concessão de crédito bonificado à habitação para jovens, Partido: PAN
 - N.º 275/XV/1.^a Amplia o Leque de Beneficiários do programa Porta 65 Jovem, Partido: CH



Foi replicada a pesquisa de citações em DAR para outra iniciativa nacional na área da justiça intergeracional promovida por uma fundação: Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS). Não foi identificada nenhuma referência ao estudo dessa Fundação (3), pese embora a grande maioria das menções a esta fundação sejam relativas a estudos realizados. Em comparação com a iniciativa da FFMS a da FCG tem portanto mais visibilidade em debates parlamentares.

[9] Gonçalves de Sá, J., Almeida, P., Perfeito, L. (2020). Justiça Intergeracional e Sustentabilidade - Uma Análise Dos Discursos Parlamentares e Dos Média.

[11] Xerez, R., Pereira, E., Cardoso, F. D. (2020). Habitação Própria Em Portugal Numa Perspetiva Intergeracional.

[13] Martins, P. (2021). Equidade Intergeracional No Trabalho Em Portugal.

(1) Outros diários (19.4%) referem a FCG em assuntos diversos: e.g., donativos pela FCG; visitas de representantes políticos (e.g., PRR apresentado na FCG pelo Primeiro Ministro); património da FCG.

(2) Na categoria projetos/obras, outros estudos ou iniciativas da FCG citados mais frequentemente incluem a "Gulbenkian Oceanos" (4 citações), "Uma agricultura sustentável para a Europa" (4 citações), e "Um Futuro para a Saúde" (3 citações).

(3) Atendendo à antiguidade da iniciativa da FFMS, a pesquisa considerou o período de Jan. 2015 até à atualidade. O estudo "Justiça intergeracional e sustentabilidade" foi citado uma vez (XII leg., Sessão Leg. 04, nº 32, p. 21, 2018-12-21), contudo sobre um dado e em discurso não relacionado com justiça intergeracional (tema: migrações).

Contributo para colocar a justiça intergeracional na agenda política

Entre 2018 (Jan) e 2022 (Out) foram identificadas quatro referências à iniciativa Gulbenkian Intergeracional em Diários da Assembleia da República, sendo citados um estudo de diagnóstico e dois estudos temáticos.

| 1 citação em reunião plenária (Série I)



"RECENTEMENTE, O ESTUDO DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN DIZ QUE 94% DOS DISCURSOS PARLAMENTARES SOBRE O AMBIENTE E SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA NÃO FALAM SOBRE GERAÇÕES VINDOURAS; 96% DOS NOSSOS DISCURSOS SOBRE SEGURANÇA SOCIAL NÃO FALAM SOBRE AS GERAÇÕES FUTURAS. E, NO ENTANTO, UM GRANDE NÚMERO DE DECISÕES PRESENTES GERA EFEITOS SOBRE AS GERAÇÕES SEGUINTE"

Margarida Mano (PSD), XIII Legislatura, Sessão Leg. 04, n.º 103 (p. 44), 2019-07-03

| 1 citação em Projeto de Resolução (Série II-A)

"SEGUNDO O ESTUDO "A EQUIDADE INTERGERACIONAL NO TRABALHO EM PORTUGAL", ELABORADO POR PEDRO S. MARTINS PARA A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, USANDO DADOS DOS QUADROS DE PESSOAL, A GERAÇÃO NASCIDA NOS ANOS 90 TINHA, EM 2018, UMA TAXA DE CONTRATOS A TERMO DE 65%, SUPERIOR À QUE A GERAÇÃO ANTERIOR TINHA 10 ANOS ANTES (CERCA DE 50%) OU À QUE A ANTERIOR A ESSA TINHA NO INÍCIO DO SÉCULO (CERCA DE 35%)"

Projeto de Resolução N.º 164/XV/1.º Recomenda ao Governo uma maior fiscalização dos contratos a termo (PS), Sessão Leg. 01, n.º 61 (p. 29), 2022-07-18

A Equidade Intergeracional no Trabalho em Portugal



| 2 citações em Projetos de Lei (Série II-A)



"DE ACORDO, UM ESTUDO DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN QUE ANALISOU O ACESSO À HABITAÇÃO EM PORTUGAL NUMA PERSPETIVA INTERGERACIONAL, EM 2018, A PERCENTAGEM DE JOVENS ADULTOS, ENTRE OS 18 E OS 34 ANOS, QUE VIVIAM COM OS PAIS ATINGIU OS 64%. EM 2021, OS JOVENS PORTUGUESES FORAM OS QUE MAIS TARDE SAÍRAM DE CASA DOS PAIS, AOS 33,6 ANOS"

Projeto de Lei N.º 275/XV/1.º(1) Amplia o Leque de Beneficiários do programa Porta 65 Jovem, assegurando o direito à habitação jovem (CHEGA) Sessão Leg. 01, N.º 93 (p. 05) 2022-09-30

"CONVERGENTE COM ESTES DADOS É O ESTUDO DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, INTITULADO "HABITAÇÃO PRÓPRIA EM PORTUGAL", DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DO PROJETO "DESAFIOS SOBRE A JUSTIÇA INTERGERACIONAL", QUE DEMONSTRA QUE, APESAR DE O ACESSO À HABITAÇÃO PRÓPRIA TER AUMENTADO EM PORTUGAL ENTRE 1981 E 2001, EM 2017 APENAS 24% DOS JOVENS COM MENOS DE 30 ANOS ERA DONO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA, CONTRARIAMENTE ÀS DUAS GERAÇÕES ANTERIORES – O QUE REPRESENTA UMA QUEBRA DE 21% FACE AOS DADOS REFERENTES A 2011. ESTE ESTUDO CONCLUI QUE NA MAIORIA DOS CASOS AS HIPOTECAS INICIAM-SE PARA LÁ DOS 30 ANOS, O QUE SIGNIFICA QUE OS ENCARGOS COM OS EMPRÉSTIMOS À HABITAÇÃO TAMBÉM PROMETEM TERMINAR JÁ ALÉM DA IDADE LEGAL DE ACESSO À REFORMA"

Projeto de Lei N.º 319/XV/1.º Aprova o regime de concessão de crédito bonificado à habitação para jovens (PAN) Sessão Leg. 01, N.º 90 (p. 18), 2022-09-26

Destaques

- Os estudos da iniciativa foram referenciados em dois Projetos de Lei (área Habitação) e num Projeto de Resolução (área Emprego), evidenciando algum alcance e reconhecimento, por parte de agentes políticos, da investigação realizada, assim como a sua relevância para assuntos da agenda política atual.
- Alguma evidência de reconhecimento, por parte de atores políticos, da relevância dos estudos produzidos pela iniciativa, manifesta em entrevistas a deputados, no plano mediático (referências à iniciativa por agentes políticos), e na participação destes atores em eventos da iniciativa (e.g., conferência final).
- A produção de *policy briefs* (estudos Finanças Públicas e Mercado de Trabalho) destaca-se como uma boa prática em comunicação de ciência a decisores políticos, a qual teria feito sentido replicar para os demais estudos. A disseminação destes documentos junto de decisores é recomendada.

- Pouca evidência de envolvimento de atores políticos na iniciativa, com participação essencialmente em momentos consultivos (estudo de diagnóstico, eventos de disseminação) vs. colaborativos. O destaque e a permanência do tema na agenda política beneficiariam de ações continuadas com foco na participação ativa de agentes políticos (e.g., reuniões periódicas com representantes de partidos políticos com assento parlamentar culminando, e.g., num documento de consenso sobre a justiça intergeracional em Portugal). O envolvimento do poder local (1) seria de interesse, mesmo atendendo à centralização geográfica dos intervenientes na iniciativa em Lisboa. A FCG, com o seu poder de convocatória e isenção, estaria especialmente bem posicionada para promover este trabalho.

(1) A FCG intermediou o contacto entre a SOIF e os Municípios de Braga e Cascais, tendo havido envolvimento destas entidades no projeto. Todavia, existe pouca evidência de continuidade.

Contributo para incentivar os decisores políticos a considerarem critérios de JI na definição de políticas públicas

Um dos pontos-chave da iniciativa, previsto desde a sua génese [4], para incentivar decisores a considerar critérios de justiça intergeracional na definição de políticas públicas, passou pelo desenvolvimento de uma metodologia de avaliação do impacto intergeracional dessas políticas. Esta metodologia, elaborada pela *School of International Futures* (SOIF) permite avaliar, de forma sistemática, o impacto das políticas públicas nas diversas gerações, visando prevenir desequilíbrios intergeracionais. Consiste em cinco etapas flexíveis [16] que poderão ser aplicadas a qualquer tipo de política ou decisão estratégica, requerendo aos avaliadores entre 2 horas a semanas de trabalho, dependendo da informação disponível e profundidade da análise. No seu processo de desenvolvimento, o destaque vai para o número de *stakeholders* envolvidos - mais de 400 especialistas nacionais e internacionais - e grau de participação - em entrevistas, mesas redondas, testes piloto e *peer reviews* (1). No contexto nacional, o destaque é para o envolvimento de entidades - Banco de Portugal, Conselho das Finanças Públicas, Unidade Técnica de Avaliação de Impacto Legislativo (UTAIL), Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) e Tribunal de Contas - na experimentação e *peer review* da metodologia. Entre estas entidades, algumas atuaram como avaliadoras, aplicando a metodologia a políticas nacionais (Medidas de *layoff*, COVID-19; Estratégia Nacional para o Hidrogénio; e Reforma das Pensões de 2007) em exercícios piloto de diagnóstico *ex-post* e *ex-ante*. Através destes testes piloto e de outras ações de colaboração, foi possível receber o *feedback* destas entidades e com elas co-construir a metodologia. Com o seu envolvimento, a FCG pretendeu exercer *advocacy* [4] no sentido das entidades virem a incorporar a avaliação de critérios de justiça intergeracional nas suas análises, facilitada pela utilização de um instrumento em cujo desenho participaram.

A ferramenta, de acesso livre na página "de Hoje para Amanhã" (2), mereceu atenção considerável sendo o recurso que contabiliza o maior número de *downloads* (1554; cf. p. 27). Em relação a estes *downloads*, não foram implementados mecanismos de monitorização que permitam caracterizar os indivíduos/entidades que acederam à ferramenta ou fazer um seguimento da sua utilização. Seriam exemplo desses mecanismos o *download* condicionado ao registo de email e dados pessoais/profissionais de quem acede à ferramenta; e o pedido de consentimento para contacto posterior pela FCG para aferir experiências de utilização da ferramenta.

Ainda nos trabalhos da metodologia de avaliação, a FCG convidou entidades de diferentes setores da sociedade a participar em sessões de formação *online* breve (dinamizadas pela SOIF). Por outro lado, foi a FCG convidada a dinamizar sessões de formação 'à medida' - destacando-se o convite do Presidente da República para a formação à Casa Civil - o que mostra o bom nível de interesse gerado por este trabalho.

Capacitação de entidades nacionais

Foram dinamizadas, em 2021, i. sessões de formação de carácter introdutório (1 hora, 3 edições), destinadas a formandos com conhecimento limitado sobre justiça intergeracional e sobre a metodologia (3); e ii. sessões de formação prática, destinadas à demonstração da aplicação da ferramenta (3 horas, 2 edições).

[4] Programa Gulbenkian Sustentabilidade, s.d.

[16] SOIF - School of International Futures (2021). Metodologia de Avaliação Do Impacto Intergeracional Das Políticas Públicas.

(1) Fonte: Apresentação da metodologia na conferência final da iniciativa, disponível em: <https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/politicas-publicas/>

(2) Guia prático para a utilização da metodologia, aplicação informática e brochura de apresentação de acesso aberto em:

<https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/politicas-publicas/>

(3) Fonte: <https://soif.org.uk/igf/#training>

Contributo para incentivar os decisores políticos a considerarem critérios de JI na definição de políticas públicas

Foram capacitados 59 participantes (43 na formação prática; 16 na formação introdutória), afiliados a 30 entidades de natureza distinta: i. Governo/Programa governamental (N=25; 42.4%) academia (N=21, 35.6%), ii. sociedade civil (N=9, 15.3%), iii. organismos independentes (N=3, 5.1%), e iv. ainda de uma organização internacional (Parlamento Europeu) (1). Destaca-se a participação de representantes dos Ministérios do Trabalho, Solidaridade e Segurança Social, e das Finanças; das Secretarias-Gerais da Presidência do Conselho de Ministros, e do Ambiente e Ação Climática; assim como da Agência para a Modernização Administrativa. Especialmente representadas estiveram entidades que atuam na área do emprego e segurança social. De uma forma geral (2), os participantes nestas formações atestam a sua pertinência e consideram que promoveu *"uma nova forma de pensar e rever criticamente os impactos de projetos e políticas"* (Participante na formação, Q1. Fonte: e-survey, avaliação externa). Na sua generalidade, os participantes recomendariam a formação a outras pessoas/organizações (um participante, contudo, não o faria por considerar que a metodologia, apesar de interessante, *"ainda se encontra pouco desenvolvida e tem uma eficácia relativa"* (Participante na formação, Q2. Fonte: e-survey, avaliação externa). As fragilidades incidem na duração breve das formações e insuficiente experimentação prática da ferramenta, com consequências para o grau de confiança dos formandos em ensaiar a sua aplicação (veja-se, e.g., a média do grau de confiança em fazer uso da metodologia pós-formação: M=4.9; escala 1-10; Fonte: questionários de satisfação, FCG).

(1) Fonte: lista de participantes (anonimizada) disponibilizada pela FCG
 (2) Triangulação de informação dos questionários de satisfação anónimos aplicados pela FCG (taxa de resposta de 16.9%, n=10), e-survey da avaliação externa (5 formandos autorizaram seguimento, 3 responderam ao e-survey), entrevista a participante e entrevistas a parceiros/partes interessadas na metodologia.

"QUER DIZER, NÃO SÃO PESSOAS QUE TIVERAM AQUELAS DUAS HORAS DE FORMAÇÃO, OU DUAS MAIS DUAS HORAS, QUE VÃO SER CAPAZES DE EMITIR JUÍZOS DE VALOR SOBRE POLÍTICAS E APLICAR A MATRIZ QUE ALI ESTÁ."

Parceiro da iniciativa (E2). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

Metodologia: Perceções das entidades envolvidas na conceção ou implementação

Entre entidades envolvidas no desenvolvimento e experimentação da metodologia (as quais foram, ao mesmo tempo, alvo de *advocacy*), assim como entre entidades formadas, o balanço geral sobre a ferramenta é muito positivo. Em particular, o que mais se destaca é a ideia de que o contacto com a metodologia teve impacto no sentido de gerar, nos envolvidos, maior sensibilização e consciencialização para o tema da justiça intergeracional. Entendem estes *stakeholders* que o impacto das políticas públicas nas gerações futuras, assim como a sua análise, passou a ser uma preocupação mais presente e, em alguns casos, um objetivo, nas suas organizações.

"FICARAM TODOS MUITO MAIS SENSIBILIZADOS TAMBÉM PARA A IMPORTÂNCIA DO EXERCÍCIO E FICARAM A CONHECER UMA FERRAMENTA QUE É RELEVANTE."

Parceiro da iniciativa (E6). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

"A TEMÁTICA EQUIDADE INTERGERACIONAL FICOU MAIS PRESENTE NOS NOSSOS... A TODOS OS NÍVEIS. PORTANTO, NOS TÉCNICOS E NAS CHEFIAS PASSOU A SER UMA...UM OBJETIVO, UMA PREOCUPAÇÃO (...) PASSAMOS A INCORPORAR ESTA EQUIDADE, ESTE OBJETIVO DE COMO A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS AFETAM AS VÁRIAS GERAÇÕES E A FORMA DE O FAZER PASSOU A SER UM OBJETIVO MAIS PRECISO"

Parceiro da iniciativa (E4). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

Os participantes destacam o carácter inovador da metodologia (unicidade), pelo facto de responder a uma falha política que existe em vários países do mundo: a ausência de pensamento analítico sobre consequências intergeracionais das políticas públicas. Entendem ainda que a criação desta metodologia posiciona Portugal na vanguarda de um movimento internacional para tornar a democracia mais resiliente aos desafios que se avizinham. Com efeito, à exceção de poucas experiências Europeias (e.g., caso Holandês), a metodologia proposta pela FCG será uma das primeiras do seu género.

Contributo para incentivar os decisores políticos a considerarem critérios de JI na definição de políticas públicas

"A INOVAÇÃO ESTÁ NO FACTO DE, DESDE LOGO, SER UMA METODOLOGIA QUE VEM RESPONDER A UMA FALHA... DIGAMOS, UMA FALHA DE POLÍTICA QUE NÓS TEMOS EM MUITOS PAÍSES DO MUNDO, NOMEADAMENTE EM PORTUGAL, QUE É A AUSÊNCIA DE PENSAMENTO ANALÍTICO SOBRE CONSEQUÊNCIAS INTERGERACIONAIS... CUSTOS E BENEFÍCIOS EM TERMOS INTERGERACIONAIS"
Parceiro da iniciativa (E2). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

"A FUNDAÇÃO TEVE O MÉRITO DE SER A PRIMEIRA A CRIAR ALGO DESTES GÉNERO."
Parceiro da iniciativa (E7). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

"TO MY KNOWLEDGE, IT'S ONE OF THE VERY FEW PRACTICAL ATTEMPTS BY A NON-GOVERNMENTAL STAKEHOLDER TO MEASURE INTERGENERATIONAL FAIRNESS IN POLICYMAKING"
Moritz Ader, OCDE. Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

O convite à FCG, da parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para a apresentação da metodologia à equipa da área *youth, empowerment and intergenerational equity* atesta o grau de inovação da metodologia no contexto internacional. A Organização Europeia mantém a intenção de colaboração com a FCG para os assuntos da justiça intergeracional (Fonte: entrevistas, avaliação externa), sugerindo o reconhecimento da FCG como entidade de referência neste tópico. Colocou ainda a OCDE, à disposição dos Estados-Membros, informação sobre esta ferramenta, destacando-a como um exemplo de interesse, o que poderá refletir-se num impacto internacional no longo prazo que não é ainda evidente.

Na linha do reconhecimento do trabalho da FCG nesta matéria, destaca-se ainda o pedido de apoio, por parte do Tribunal de Contas, à preparação de um debate sobre justiça intergeracional com os Tribunais de Contas Europeus.

Para além do reconhecimento do carácter inovador da metodologia, os entrevistados reconhecem-lhe o mérito desta assentar numa abordagem multidisciplinar.

"ESTA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR (...) PORQUE DE FACTO FORÇA A QUE AS MEDIDAS SEJAM VISTAS, ENFIM... NUMA PERSPECTIVA DIFERENTE."
Parceiro da iniciativa (E6). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

Utilização da metodologia

Não existe evidência de que os parceiros envolvidos na experimentação/desenvolvimento ou que as entidades formadas na metodologia tenham utilizado - senão na fase em que foram consultados e nos exercícios piloto de diagnóstico que realizaram - (cf. p. 20) a metodologia "as is". Para este cenário contribui o facto de, em algumas entidades envolvidas na experimentação da metodologia, não estar enquadrada nas suas competências a avaliação de políticas públicas (sendo necessária uma alteração à sua Lei Orgânica), não havendo, portanto, muitas oportunidades de utilizar a ferramenta.

"O NOSSO CORE BUSINESS NÃO TEM A VER COM MEDIDAS SOCIAIS NÃO É? MAS, DIGAMOS QUE NÃO É UM TIPO DE METODOLOGIA QUE FAÇA SENTIDO NÓS USARMOS AQUI REGULARMENTE."
Parceiro da iniciativa (E6). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

"NÃO É FÁCIL... NÃO TEMOS MUITO O...O HÁBITO DE AVALIAR POLÍTICAS PÚBLICAS. NÃO FAZ MUITO PARTE DAS... NÃO TEM FEITO MUITO PARTE DAS NOSSAS COMPETÊNCIAS"
Parceiro da iniciativa (E4). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

Contudo, a narrativa dos entrevistados sugere que há apropriação de princípios ou uso de componentes da metodologia.

"QUANDO ESTAMOS A ANALISAR AS QUESTÕES [POLÍTICAS], PODEMOS ATÉ ABRIR O EXCEL E PODEMOS GUIAR-NOS POR ALGUMAS DAS PERGUNTAS QUE EXISTEM NA METODOLOGIA MAS NÃO TODAS."
Parceiro da iniciativa (E5). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

Entre os obstáculos para a utilização da metodologia o destaque vai para a exigência de tempo necessário à sua administração "as is", assim como para a subjetividade que é inerente à metodologia. Emerge a ideia de que seria relevante: i) tornar a ferramenta mais objetiva e/ou ii) combiná-la com outras ferramentas de índole quantitativo.

"PORTANTO, NÃO É FÁCIL ESSA ANÁLISE (...) SUBJETIVA, NÃO É, NÃO É MUITO ACARINHADA, NÃO É MUITO BEM-VINDA (...) É UMA DIFICULDADE."
Parceiro da iniciativa (E4). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

Contributo para incentivar os decisores políticos a considerarem critérios de JI na definição de políticas públicas

Perspetivas sobre a continuidade da metodologia

No que se refere à perspetiva de continuidade e alavancagem do uso da metodologia em Portugal, é consensual, entre entrevistados, a relevância de ser criado um "*centro de racionalidade*" (E2), destinado a promover e a apoiar a aplicação da metodologia em Portugal; e/ou de ser constituída uma rede - com liderança potencialmente assumida pela FCG - de entidades e interessadas na justiça intergeracional e na avaliação de políticas públicas dessa perspetiva. Consideram os entrevistados que apenas com estruturas de continuidade deste cariz será possível garantir os resultados que a iniciativa se propôs a alcançar ao desenvolver esta metodologia. De facto, entendem os entrevistados que o modelo de governança (descentralizado) poderá comprometer a continuidade da metodologia (problema de *ownership*).

"EU ACHO QUE DEVERIA HAVER UM CENTRO DE RACIONALIDADE, QUE FOSSE O DONO, DIGAMOS ASSIM, DE ALGUMA MANEIRA, DESTA METODOLOGIA. E ACHO QUE DEVERÍAMOS TER UMA INSTITUIÇÃO, QUE DEVA ESTAR DENTRO DE UMA INSTITUIÇÃO. NÃO TINHA NECESSARIAMENTE DE SER PÚBLICA, POR EXEMPLO, A GULBENKIAN PODIA SER UMA POSSIBILIDADE INTERESSANTE, MAS TINHA DE SER UMA INSTITUIÇÃO QUE TIVESSE PROATIVIDADE E TIVESSE RECURSO OU ACESSO, OU POSSIBILIDADE, DE CONTRATAR RECURSOS HUMANOS PARA PILOTAR AS VÁRIAS AVALIAÇÕES"

Parceiro da iniciativa (E2). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

Na sua estratégia de saída, a FCG contempla o apoio à NOVA SBE para refinar, utilizar, divulgar e formar entidades na metodologia de avaliação do impacto intergeracional de políticas públicas. Todavia, não é claro o grau de continuidade das ações (e.g., novas formações desde as ministradas pela SOIF em 2021); não parece haver ainda clareza quando ao modelo de governança; e não há evidência de que existam planos para formar uma rede de partes interessadas na metodologia - ou qualquer outro mecanismo que garanta o envolvimento de entidades multissetoriais e de zonas geográficas diversificadas.

Várias outras ideias emergem entre entrevistados para alavancar a utilização da metodologia em Portugal, desde a criação de um núcleo permanente de avaliadores, que pudesse contribuir para a profissionalização da metodologia; a implementação de procedimentos de revisão por pares para as avaliações efetuadas; à criação de um repositório para consulta pública das avaliações efetuadas. Garantidas as condições de viabilidade das avaliações importaria então, na perspetiva dos entrevistados, mobilizar o poder político.

"DEPOIS TAMBÉM ACHO QUE, ENFIM, SE ESTE MODELO DE GOVERNAÇÃO SE CONSOLIDAR, ACHO QUE SERIA MUITO INTERESSANTE DE ALGUMA MANEIRA ALICIAR O PODER POLÍTICO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PARA OUVIR, PARA SER OUVIDO NA FASE DA AVALIAÇÃO E PODEREM OS RESULTADOS AQUI SEREM APRESENTADOS, ATÉ PUBLICAMENTE NUMA SESSÃO COM A COMISSÃO PARLAMENTAR QUE ACOMPANHAR ESSA POLÍTICA PÚBLICA. EU ACHO QUE O PARLAMENTO PROVAVELMENTE ESTARIA RECEPTIVO A ESSA IDEIA"

Parceiro da iniciativa (E2). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

Entre os atores políticos entrevistados, ainda que a metodologia lhes fosse desconhecida, reconhece-se a sua pertinência. Surgem, contudo, na mesma linha de raciocínio dos parceiros, questões relacionadas com a supervisão/monitorização da mesma. Um dos atores políticos entende que a metodologia deveria ser supervisionada por organizações estatais ou da academia (com vista a evitar conflitos de interesse). Destaca ainda a subjetividade da avaliação, fazendo emergir preocupações com as respetivas conceções ideológicas, políticas e sociais - e impacto que têm nessas avaliações.

"QUAIS OS VALORES POR DETRÁS DESSAS AVALIAÇÕES? NÃO ACREDITO EM CIÊNCIA MERAMENTE TÉCNICA."

Deputado (BE). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

Contributo para incentivar os decisores políticos a considerarem critérios de JI na definição de políticas públicas

Ao momento atual, para além de alguma evidência da aplicação dos princípios da metodologia por entidades parceiras, destaca-se o seu uso, por investigadores da iniciativa, no contexto académico (e.g., trabalhos académicos, dissertações de Mestrado). Estas aplicações assumem relevância no sentido de incentivar as novas gerações de profissionais à atenção para as questões da justiça entre gerações.

"EU TENHO UM GRUPO DE ALUNOS QUE UTILIZAM. (...) TIVEMOS UM GRUPO DE ALUNOS QUE UTILIZOU A METODOLOGIA, ASSIM COMO É, AGORA, PARA ANALISAR DUAS PROPOSTAS DE REFORMAS DA SEGURANÇA SOCIAL, DE DOIS PARTIDOS POLÍTICOS"

Parceiro da iniciativa (E9). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

Consideram ainda entrevistados que a FCG, através da iniciativa e particularmente dos

trabalhos em torno da metodologia, terá produzido contributos úteis para a criação do PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública -, um organismo do Estado que visa apoiar a definição e implementação de políticas públicas e a análise prospetiva (2). Passarão esses contributos sobretudo pelo trabalho de *advocacy* desenvolvido pela SOIF junto da UTAIL (unidade técnica a partir da qual se cria a PlanAPP) e de outros *stakeholders*.

"DEPOIS DESTA PROJETO TERMINAR O GOVERNO CRIOU UM DEPARTAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL COM A MISSÃO, DIGAMOS, ESPECÍFICA DE TRABALHAR A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS [REFERE-SE AO PLANAPP]... SEI QUE É COORDENADO PELO DR. PAULO AREOSA FEIO... E EU ACHEI, DIGAMOS, PROMISSOR, ESTE PASSO..."

Parceiro da iniciativa (E9). Fonte: Entrevistas (Avaliação externa)

Destaques

- Desenvolvimento de uma metodologia reconhecida como pragmática, *user-friendly*, flexível, compreensiva, inclusiva e inovadora no contexto internacional, com recurso a metodologias participativas, envolvimento de diferentes comunidades e de um grupo alargado de especialistas nacionais e internacionais, com experimentação da metodologia em políticas nacionais (*case studies*).
- O grau de inovação da metodologia é reconhecido por entidades nacionais e internacionais, traduzindo-se em relações/parcerias de relevo para a visibilidade e/ou continuidade dos trabalhos (e.g., OCDE). No contexto internacional, a FCG posiciona-se na vanguarda quanto ao desenvolvimento de métodos e técnicas de avaliação do impacto intergeracional de políticas.
- Não havendo evidência da aplicação da metodologia "*as is*" por entidades parceiras ou formadas, há alguma evidência da apropriação de princípios ou uso de componentes da metodologia na atividade dessas entidades.
- A metodologia terá sido criada numa perspetiva de longo prazo e, neste sentido, irá adaptar-se e evoluir ao longo do tempo. Dá-se conta de esforços no sentido de desenvolver/refinar a metodologia (e.g., parceria com a NOVA SBE).
- A parceria com a entidade internacional SOIF para o desenvolvimento da metodologia é um fator de sucesso, pelo uso de processos altamente colaborativos e pela visibilidade internacional dos trabalhos.
- Envolvimento de entidades nacionais, na experimentação/pilotagem da metodologia, com experiência de relevo para o desenvolvimento da mesma mas cujo "*core business*" (i.e. competências e atribuições) condiciona as oportunidades de aplicação regular da metodologia "*as is*" por estas entidades.
- Não obstante a maior sensibilização das entidades parceiras para o tema da JI, não existe evidência de que estas entidades tenham aplicado a metodologia senão nos *case studies* iniciais. Há desconhecimento da estratégia de continuidade para a metodologia.
- Carência de mecanismos de monitorização do uso da metodologia por entidades nacionais. A um nível elementar, condicionar o *download* da ferramenta ao registo de dados pessoais e profissionais básicos permitiria caracterizar as entidades interessadas e monitorizar a aplicação da metodologia ou dos seus princípios (e.g., questionário de acompanhamento).
- A estratégia de saída para a metodologia não deixa claro o modelo de governança a adotar no futuro nem o grau de envolvimento que será promovido junto de entidades multissetoriais de todo o país ou com o poder local.
- Contrariamente à oferta continuada de formação pela SOIF, não há nota de novas edições em Portugal. Programas formativos mais alargados e vocacionados para a experimentação prática são recomendados.

(2) Orgânica aprovada pelo Decreto-Lei nº. 21/2021, de 15 de março de 2021.

Contributo para a discussão pública sobre justiça intergeracional

Na prossecução do objetivo de promover o debate público sobre justiça entre gerações, a FCG adotou estratégias de disseminação dos estudos e ações da iniciativa que passaram por:

- criação de um *microsite* dedicado exclusivamente à comunicação da iniciativa [de- hoje-para-amanha];
- lançamento de campanhas nas redes sociais com divulgação de conteúdos gráficos (e.g., vídeos) sobre os estudos da iniciativa criados para o efeito;
- eventos de apresentação para jornalistas de diferentes órgãos de comunicação social (OCS), uma estratégia promissora por, em contraste com os tradicionais *press releases*, facilitar a criação de conteúdos noticiosos diversificados assim como o *engagement* dos jornalistas com a notícia. O investimento financeiro em comunicação foi de 11% do orçamento global da iniciativa (~137 500€).

Presença mediática

Entre Junho de 2019 e Setembro de 2022 foram disseminadas 313 peças em OCS exclusivamente sobre ou com referência aos estudos e ações da iniciativa Gulbenkian Intergeracional (cf. Figura 6). Em 73.5% (N=230) o protagonismo é exclusivo da iniciativa. Desta presença mediática da iniciativa destaca-se a abrangência, havendo notícias disseminadas não apenas em meios *online* (65.5%) como também em jornais/revistas impressos (17.9%), rádio (9.6%) e televisão (7%), assim como em OCS de âmbito nacional e local. A iniciativa é ainda com frequência referida em crónicas (peças secundárias à notícia). Destaca-se também a notoriedade dos OCS nos quais as peças foram disseminadas: 64% foram veiculadas em OCS com elevado alcance, audiência ou circulação.

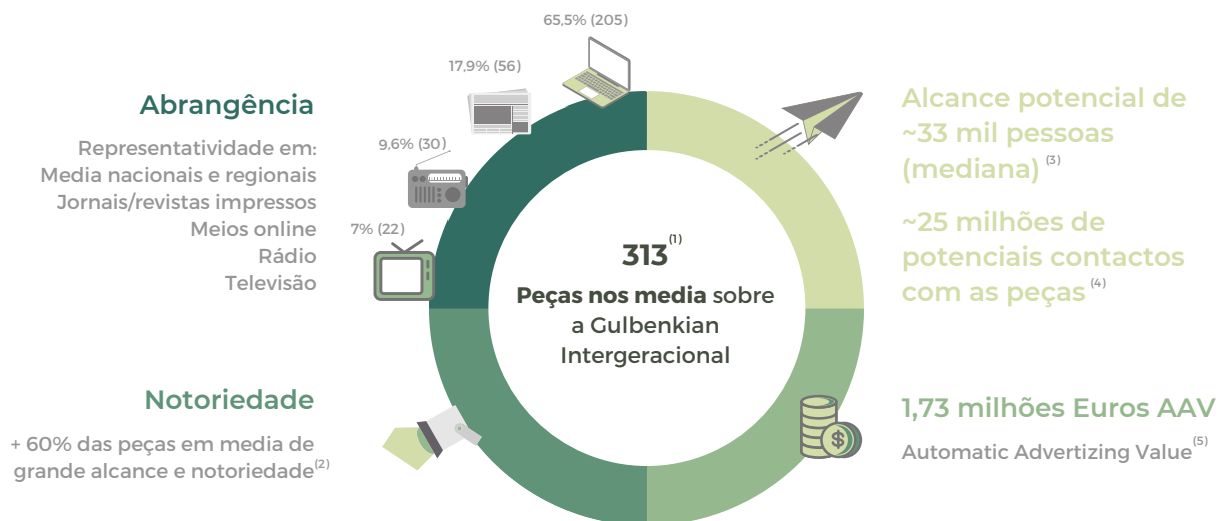


Figura 6: Peças em OCS sobre os estudos e ações da iniciativa Gulbenkian Intergeracional: nr. total, alcance potencial, abrangência, notoriedade e Automatic Advertizing Value (AAV). Cálculos com base em listagem fornecida pela FCG (recolhida pela empresa Cision), verificada e classificada manualmente pela equipa de avaliação para o tipo de OCS, notoriedade, e protagonistas.

Notas: (1) Há repetição de conteúdo noticioso em peças de diferentes OCS; (2) Várias fontes para 'tops' de alcance online, audiência (rádio e televisão) e tiragem (e.g., Marktest; meiosdepublicidade.pt; APCT); (3) Mediana de pessoas que poderiam ser alcançadas com cada peça nos OCS (Md 32971), diferente do número de pessoas realmente alcançadas; (4) Total de potenciais contactos (e.g., leitura, visualização) é igual à soma do alcance potencial por peça (pessoas que poderiam ter sido alcançadas) nos OCS (=24554708).

(5) AAV fornecido pela Cision para cada peça. É um indicador de valorização das notícias de acordo com as tabelas de publicidade do respetivo OCS (valor publicitário do espaço da notícia= custo de 1 página par na imprensa, 1 segundo na televisão/rádio e custo por mil contactos nos meios *online*); somadas apenas as peças em que a FCG/iniciativa é a única protagonista (N=230). O valor é apenas indicativo do custo que uma peça ou peças teria(m), em média, se publicada(s) como publicidade paga, não sendo indicado para avaliar eficácia das ações de comunicação.

Contributo para a discussão pública sobre justiça intergeracional

O alcance potencial das notícias (Md= 33 mil pessoas) é relevante. Contudo, não foram disponibilizados dados de alcance real ou outros indicadores compreensivos da comunicação nos media, cuja análise requer a *expertise* de profissionais da comunicação/marketing. Entre os estudos e propostas da iniciativa, tem maior cobertura mediática, i.e., maior número total de peças em OCS, o estudo temático "A Equidade Intergeracional no Trabalho em Portugal" [13], com 32,4% do total de peças sobre estudos da iniciativa (N=91; cf. Figura 7). Quanto à presença por tipo de OCS, este estudo, juntamente com a pesquisa "Habitação Própria em Portugal" [11] são os que conquistaram maior cobertura televisiva (7 peças cada) assim como em meios impressos conjuntamente com o estudo "Finanças Públicas" [12]. Entrevistas ou declarações sobre os estudos são maioritariamente feitas na voz do coordenador da iniciativa, por vezes em conjunto com os autores dos mesmos. A grande maioria das peças foram disseminadas nos 5 dias seguintes ao lançamento dos estudos e apenas 8,5% (N=24) 6 meses após o lançamento, em linha com o "comportamento" expectável de um assunto nos media. É o estudo da Habitação o que perdura mais no palco mediático (14 artigos publicados 6 meses após o lançamento).

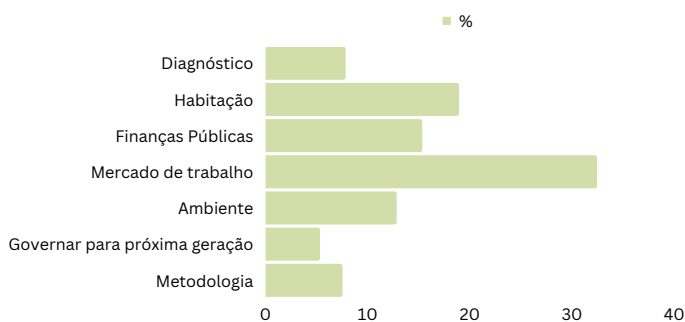


Figura 7: Distribuição das peças nos OCS por estudo da iniciativa (N=281, excluídas peças nos OCS que não referem estudos). Estudos de diagnóstico agregados considerando o nº reduzido de peças por estudo.

[11] Xerez, R., Pereira, E., Cardoso, F. D. (2020). Habitação Própria em Portugal Numa Perspetiva Intergeracional.

[12] Franco F., et al. (2021). Finanças Públicas, Uma Perspetiva Intergeracional.

[13] Martins, P. (2021). Equidade Intergeracional No Trabalho Em Portugal.

O lançamento gradual dos estudos da iniciativa em relatórios individuais foi uma estratégia relevante para prolongar no tempo a presença mediática da iniciativa e a discussão pública associada.

Benchmarking

Selecionaram-se 3 OCS de grande alcance online (Público, Expresso, e Correio da Manhã)(1) e pesquisaram-se notícias com o termo "Intergeracional"(2) publicadas entre Jan. 2015 - Nov. 2022 (3). A identificação de artigos (de qualquer tipo) foi realizada através dos motores de busca dos jornais. Cada artigo foi verificado manualmente para a presença do conceito de justiça intergeracional (artigos JI) e para a referência a estudos/relatórios (estudos Europeus inclusive), iniciativas ou intervenções de qualquer tipo (e.g., conferências, grupos de trabalho sobre o tema), levadas a cabo por qualquer entidade. Para o conjunto dos três jornais, os artigos que fazem referência aos produtos da iniciativa Gulbenkian Intergeracional representam 17% do total de artigos JI e 41% dos artigos JI que fazem referência a estudos e/ou ações sobre o tema. Quanto aos protagonistas deste último grupo de artigos, nenhuma outra entidade surge referida mais vezes do que a FCG.

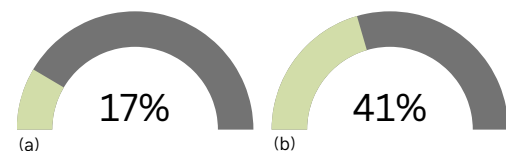


Figura 8: Percentagem de artigos nos três jornais online com referência à iniciativa (N=25) em relação ao total (a) de artigos com a *key-word* "intergeracional" (N=148; excluídos os que não tratavam o conceito); e (b) de artigos que referem estudos/ações (qualquer entidade).

(1) O Jn, apesar do elevado alcance, foi excluído devido a limitações temporais do motor de busca do jornal; (2) Considerou-se apenas a *key-word* "intergeracional" por ser mais específica face a outras como "gerações vindouras" ou "gerações seguintes". O objetivo foi de *benchmarking* e não de uma caracterização compreensiva do que se diz nos media sobre o tema; (3) Outra iniciativa na área da justiça intergeracional foi levada a cabo pela FFMS com um manual publicado em 2017. Recuou-se 2 anos para acomodar eventuais destaques prévios.

Contributo para a discussão pública sobre justiça intergeracional

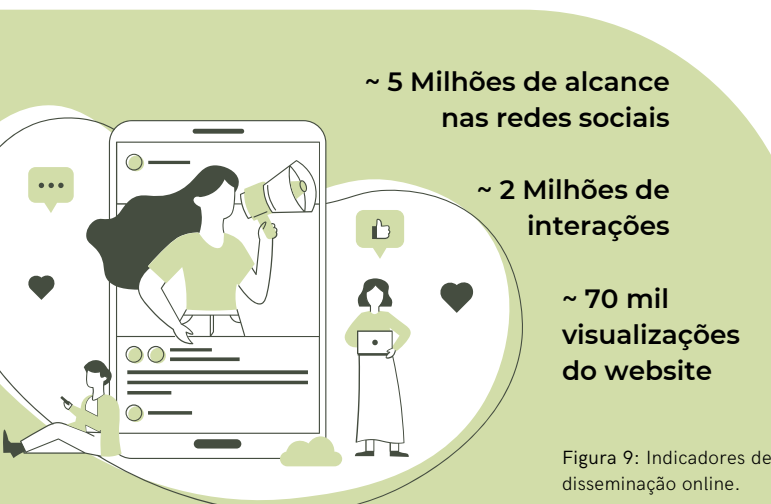
Redes sociais e website

As campanhas de promoção da iniciativa e seus *outputs* nas redes sociais (Facebook, LinkedIn, Instagram, Twitter, Youtube) alcançaram 4690089 pessoas em 4 anos (2019-2022). As publicações geraram um número relevante de interações (1910961; cf. Figura 9). Será fator de sucesso o uso de conteúdos gráficos, sobretudo vídeos, que se destacam pela sua acessibilidade para o público em geral e com necessidades especiais (legendas, linguagem simples, livre de jargão) e aspeto visualmente atrativo. Com efeito, os materiais de comunicação da iniciativa destacam-se pelo cuidado em comunicar ciência aos cidadãos em geral, e são por isso facilitadores da participação dos indivíduos nas matérias em debate. O *microsite* da iniciativa (em PT e EN e, portanto, com potencial alcance internacional) é outro bom exemplo desta "comunicação para todos": não apenas funciona como repositório online dos estudos da iniciativa, como resume os seus principais resultados em mensagens-chave, vídeos, testemunhos, e apresentações dinâmicas para visualização de dados. Todos os recursos são de acesso livre e não existem condições para o *download* (e.g., subscrição), o que constitui boa prática na minimização de barreiras no acesso à informação. Todavia, para efeitos de

monitorização e avaliação de impacto, entende-se que teria sido relevante a recolha de dados de contacto e profissionais como condição para o *download* dos materiais da metodologia de avaliação do impacto intergeracional de políticas públicas' (cf. p. 20). Desde o seu lançamento, o website "de Hoje para Amanhã" (em PT e EN) recebeu cerca de 70 mil visualizações (Fonte: FCG), adquiridas maioritariamente pelo canal social (exceto para a página da metodologia). Para o total de *downloads* dos recursos disponíveis na plataforma (6606), contribuíram sobretudo os da *toolkit* da metodologia (1554), dos estudos de diagnóstico (1345) e sobre finanças públicas (1295). Em relação ao número de visualizações, os estudos temáticos foram pouco descarregados (6-9 *downloads* por 100 *page views*). Não é claro o plano de continuidade do *microsite* (e em que moldes).

Encerramento da iniciativa

A conferência de encerramento dos trabalhos da iniciativa - "O estado do futuro: um compromisso entre gerações" (Março de 2022) - consistiu num momento de divulgação gerando, para além da participação em auditório (~150 participantes) e *online* (N=1800), cobertura mediática (não apenas do evento mas também das declarações de personalidades no evento, como as de Marcelo Rebelo de Sousa), visibilidade nas redes sociais (~70 mil interações) e produção de conteúdos para o website (vídeos com as comunicações; documentos de síntese). Foram mobilizados, com sucesso, não apenas atores da academia e sociedade civil como também agentes políticos. Foi possibilitada a interação entre oradores e participantes através da plataforma *Slido*. Não houve lugar a registo de participantes nem a avaliação de satisfação, não sendo possível uma caracterização geral do público alcançado. Atualmente, a FCG continua a ser convidada para comunicações sobre a iniciativa.



Contributo para a discussão pública sobre justiça intergeracional

Perceções de partes interessadas

Entre parceiros e partes interessadas da iniciativa, predomina a ideia de que os estudos produzidos permitiram disseminar informação de relevo em diversas áreas da sociedade e aumentar o grau de consciencialização do público em geral para o tema da justiça intergeracional, que é visto como sendo hoje *"muito mais discutida em termos públicos"* (Parceiro da iniciativa, E1). A perceção de que os resultados da iniciativa permearam o debate público é partilhada pelos investigadores.

"EU SINTO QUE FORAM MUITO ÚTEIS PARA INFORMAR A POPULAÇÃO E PARA INFORMAR OS DIFERENTES STAKEHOLDERS SOBRE AQUELAS QUESTÕES DA HABITAÇÃO, DO EMPREGO, OU AS DIFERENÇAS INTERGERACIONAIS QUE EXISTIRAM, TAMBÉM A PARTE AMBIENTAL AINDA QUE EU, QUE ESSA, EU ACHO QUE JÁ ESTÁ MAIS PRESENTE E QUE ESTÁ MUITO INTEGRADA NO DISCURSO DA AÇÃO CLIMÁTICA, DE DEIXARMOS UM PLANETA PARA O FUTURO, ETC. PORTANTO, NAS OUTRAS... NOS OUTROS TEMAS, EU ACHO QUE FOI MUITO IMPORTANTE PARA INFORMAR O DEBATE PÚBLICO SOBRE ELAS."

Parceiro da iniciativa (E5). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

"DÍFICIL MEDIR O IMPACTO DIRETO, MAS HÁ DISCUSSÕES QUE SE ESTÃO A DESENVOLVER QUE ESTÃO RELACIONADAS COM O TÓPICO DO PROJETO, COMO A APROVAÇÃO DE MEDIDAS DE LONGO PRAZO, DIMINUIÇÃO DA IDADE LEGAL PARA VOTAR, ENTRE OUTRAS"

Investigador (Q2). Fonte: Questionário online (avaliação externa)

Referem ainda dois entrevistados que a FCG está especialmente bem posicionada para impulsionar as discussões públicas sobre o tema.

"EU PENSO QUE O PAÍS PODERIA AVANÇAR SE INICIASSE ESTE TRABALHO AINDA NUMA FASE CONCEPTUAL DE INCLUIR NO DEBATE DAS FINANÇAS PÚBLICAS, AO NÍVEL ORÇAMENTAL, AO NÍVEL DO ORÇAMENTO DO ESTADO, AO NÍVEL DE TODO O PROCESSO ORÇAMENTAL QUE SE REALIZA AO LONGO DO ANO... INCLUIR UMA MARGEM FINANCEIRA QUE ATENDESSE EXATAMENTE A ESTE PROBLEMA DAS GERAÇÕES FUTURAS, NO FUNDO. PORTANTO...ESTE ASSUNTO NÃO ESTÁ MINIMAMENTE EXPLORADO (...) ACHO QUE É FUNDAMENTAL, SE NÃO FOR A GULBENKIAN NÃO É FÁCIL."

Parceiro da iniciativa (E4). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

Contudo, predomina a ideia de que, sem uma estrutura de continuidade, a presença deste tema no debate público tenderá a fazer-se sentir apenas no curto prazo.

"EU ACHO QUE ESTAS INICIATIVAS TIVERAM O MÉRITO DE COLOCAR NA AGENDA O TEMA DA EQUIDADE INTERGERACIONAL. SÓ QUE QUAL É O PROBLEMA DESTAS ATIVIDADES? É QUE ESSA COLOCAÇÃO NA AGENDA É EFÊMERA. QUEM É QUE SE LEMBRA..."

Parceiro da iniciativa (E2). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

Para além do impacto mediático

Com efeito, à exceção de workshops com investigadores e outros stakeholders (Fonte: Relatório interno da iniciativa), não existe evidência de que tenham sido implementadas ações de carácter participativo envolvendo os cidadãos na discussão sobre justiça intergeracional (e.g., diálogo nacional, assembleias deliberativas).

Um debate amplo, participativo, inclusivo e à escala nacional seria instrumental para manter o tema na discussão pública, envolver ativamente diferentes *stakeholders* e escalar resultados. Seria esta ainda uma âncora para a efetiva avaliação do impacto intergeracional de políticas públicas [1]. A FCG planeou iniciar um diálogo nacional, contudo, de acordo com informantes-chave (Fonte: Entrevistas), não há evidência de que se venha, efetivamente, a realizar-se.

"NA AGENDA MEDIÁTICA, A COMUNICAÇÃO SOCIAL FALA NISTO(...) O CONHECIMENTO EXTRAVASOU UM BOCADINHO O CONJUNTO DE PESSOAS QUE PARTICIPOU NA CONSTRUÇÃO DESSES ESTUDOS. AGORA, O QUE FICA PARA O FUTURO, NÃO É? E EU RECEIO QUE PARA O FUTURO FIQUE UM CONJUNTO DE PAPERS, OU UM LIVRO, UM CONJUNTO DE LIVROS, NÃO É? MAS, FICA POUCO (...) AÇÕES DE DISSEMINAÇÃO DA IDEIA JUNTO DA COMUNIDADE DE FORMA MAIS VASTA E QUE NÃO SEJA EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DE ESTUDOS, PRONTO. OS ESTUDOS SÃO IMPORTANTES PARA FIXAR CONHECIMENTO NUM DETERMINADO MOMENTO MAS NÃO CHEGAM AO PÚBLICO EM GERAL. ESGOTAM-SE, ENFIM, NA SEMANA EM QUE ELAS SÃO APRESENTADOS."

Parceiro da iniciativa (E2). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

"O LANÇAMENTO DOS VÁRIOS ESTUDOS DE DIAGNÓSTICO DAS QUATRO ÁREAS. EU ACHO QUE ISSO TEM UM IMPACTO NAQUELE MOMENTO, AS PESSOAS DISCUTEM E PENSAM QUE SE CALHAR HÁ AQUI ALGUMAS COISAS INTERESSANTES MAS DEPOIS NÃO HAVENDO UM SEGUIMENTO MAIS PERMANENTE VOLTA A SAIR DO DO PENSAMENTO (...) AQUELE PROPÓSITO QUE HAVIA DE SE CRIAR UMA ENTIDADE QUE FIZESSE A CRIAÇÃO DO DIÁLOGO NACIONAL PARA CRIAR UMA VISÃO PARA DEPOIS PODER ALCERÇAR OUTRAS COISAS, O NÃO EXISTIR ISSO EU ACHO QUE DIMINUI A PRESSÃO E PORTANTO ACABA POR HAVER, DE ALGUMA FORMA, UMA DEPRECIAÇÃO DO CAPITAL"

Parceiro da iniciativa (E3). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

[1] SOIF (2021). Políticas Públicas Justas para Todas as Gerações Uma Metodologia de Avaliação.

Contributo para a discussão pública sobre justiça intergeracional

Destaques

- Bom impacto mediático da iniciativa, com centenas de artigos publicados em OCS diversos e de grande notoriedade. O lançamento gradual dos estudos e a estratégia de comunicação com jornalistas estão entre os fatores que contribuíram para a diversidade de artigos assim como para manter o tema da justiça intergeracional por mais tempo no palco mediático. A FCG é, desde 2015 e em artigos numa amostra de OCS *online*, a entidade que mais surge associada a estudos e intervenções sobre justiça intergeracional, sugerindo um papel muito relevante da iniciativa em trazer o tema da justiça intergeracional para o debate público mediático nos anos mais recentes.
- Boa comunicação de ciência, com a produção de informação acessível, de obtenção livre, e visualmente atrativa para o público em geral. Tais princípios de comunicação são centrais para promover a formação de opinião e a participação dos cidadãos nos assuntos que os afetam e estão em linha com as tendências do mundo fundacional. O *microsite* da iniciativa e, em particular, o modo de visualização de dados, é uma boa referência para iniciativas e projetos futuros da FCG.
- Muito boa capacidade de mobilização de *stakeholders* das diversas esferas da sociedade (e.g., academia, sociedade civil, Governo) em eventos da iniciativa.
- Os contributos para a discussão pública dão-se, em boa medida, pela presença mediática (unilateral, da FCG para a sociedade), havendo carência de ações que promovam a participação dos cidadãos num diálogo inclusivo sobre justiça intergeracional. Previu-se a realização de um debate nacional, contudo apenas na fase de encerramento do projeto e sem evidência de que venha a ser possível concretizar-se. A manutenção do tema da justiça intergeracional no debate público e agenda política (e dos efeitos da iniciativa a este nível) poderá depender de criar uma estrutura de continuidade, como seria uma rede de instituições nacionais e multissetoriais comprometidas com o tópico. Pelo seu poder de convocatória e isenção, a FCG encontra-se bem posicionada para facilitar uma rede deste cariz.
- Reduzida presença mediática dos investigadores na divulgação dos estudos. A replicação de bons exemplos, que incluem, e.g., algumas entrevistas radiofónicas partilhadas pela *spokesperson* da iniciativa e pelos investigadores, poderia beneficiar a comunicação (e.g., por via da diversidade de *spokespersons* e 'seguidores' próprios). Este princípio poderia também aplicar-se à convocatória de parceiros-chave da iniciativa (e.g., Banco de Portugal e outros no espaço mediático da metodologia).
- Mecanismos de monitorização do impacto público/mediático da iniciativa ao longo do tempo insuficientes. Atendendo ao objetivo *high level* da iniciativa de "contribuir para a discussão pública sobre justiça intergeracional", tais mecanismos seriam fundamentais para apreciar *on going* o impacto das ações de comunicação e fazer ajustes atempados (e.g., através de serviço especializado de marketing/relações públicas para a análise do alcance real e de outros indicadores de *engagement* na comunicação).

Contributo da iniciativa para a investigação e desenvolvimento

A iniciativa Gulbenkian Intergeracional contempla, nos seus objetivos iniciais [4], a promoção do conhecimento e da investigação na área da justiça intergeracional. A estratégia definida pela FCG para a prossecução deste objetivo centrou-se na produção de estudos novos e de qualidade, dos quais resultaram 11 publicações do domínio público (1), assim como no apoio a iniciativas de continuidade e de refinamento da metodologia de avaliação desenvolvida (cf. p. 20). Acresce ainda a estas 11 publicações, 6 outras como por exemplo *policy briefs* ou documentos síntese (1). A pesquisa em motores de busca de literatura académica produziu, para a totalidade destas publicações, apenas 14 citações, contrastando com o número elevado de *downloads* dos estudos através do site da iniciativa (N=6606).

Para promover a citação dos estudos produzidos e o debate na comunidade científica sobre o tópico, seria fundamental garantir maior divulgação dos seus resultados em revistas científicas com impacto ou comunicações em congressos. Ainda que o número de artigos tenha sido definido como um indicador de execução do projeto [4], não é evidente que tenha existido i. uma estratégia para estimular a produção destes *outputs* (e.g., não há registo de ter sido reservada, no orçamento, verba para a publicação de artigos em acesso aberto; de terem sido previstos, no contrato com os investigadores, estes *outputs*), ou ii. o registo/monitorização sistemática destes indicadores. No entanto, é de destacar a implementação de um processo de *peer review* para os estudos temáticos produzidos, no qual foram envolvidas instituições académicas diferentes daquelas de origem dos investigadores. A implementação deste processo, demonstra, por um lado, uma preocupação da FCG em garantir a qualidade científica dos estudos e, por outro, poderia funcionar como fator motivador para a

disseminação científica dos estudos. Teria assim sido relevante implementar este processo também para os estudos de diagnóstico e propostas, especialmente por haver recolha de dados primários nos primeiros, e pelo grau de novidade das segundas.

Para avaliar os indicadores de disseminação científica (e outra) procedeu-se a um levantamento das publicações e comunicações relacionadas com os estudos da iniciativa através de um *e-survey* enviado a todos os seus autores (cf. p. 12 para nota metodológica), assim como à coordenação da iniciativa. Atendendo à taxa de resposta relativamente baixa (31.3%, N=10), os *outputs* científicos da iniciativa tenderão a estar subreportados, notando-se ainda que, para alguns estudos, não se obteve resposta de nenhum dos autores.

Foram registados, no total, 82 *outputs* científicos entre as diferentes categorias de disseminação. De salientar que 34% (N=28; cf. Figura 10) dos *outputs* correspondem a comunicações orais em encontros científicos nacionais e internacionais (2), havendo ainda 10 apresentações de outro tipo, o que revela um esforço de comunicação dos estudos junto da comunidade científica. Foram identificados 3 artigos científicos internacionais (1 enquadrado na proposta [15] e 2 no estudo de diagnóstico [10]), dois destes em revistas indexadas na *Scopus* e *Web of Science*, com fator de impacto interessante para as áreas científicas em que se enquadram (7.256 e 2.835). Encontram-se 4 artigos em preparação, a submeter a revistas internacionais.

[4] Programa Gulbenkian Sustentabilidade, s.d.

[10] Gaspar de Matos, M., Branquinho, C. (2021). Uma Visão Dos Jovens Sobre Justiça Intergeracional - #GeraçõesComVoz.

[15] Moury, C., et al. (2021). Governar Para a Próxima Eleição Ou Para a Próxima Geração? O caso de Portugal (1995-2019).

(1) Disponíveis em <https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/biblioteca/>

(2) Excluem-se desta contabilização as conferências organizadas pela FCG no âmbito da Iniciativa.

Contributo da iniciativa para a investigação e desenvolvimento

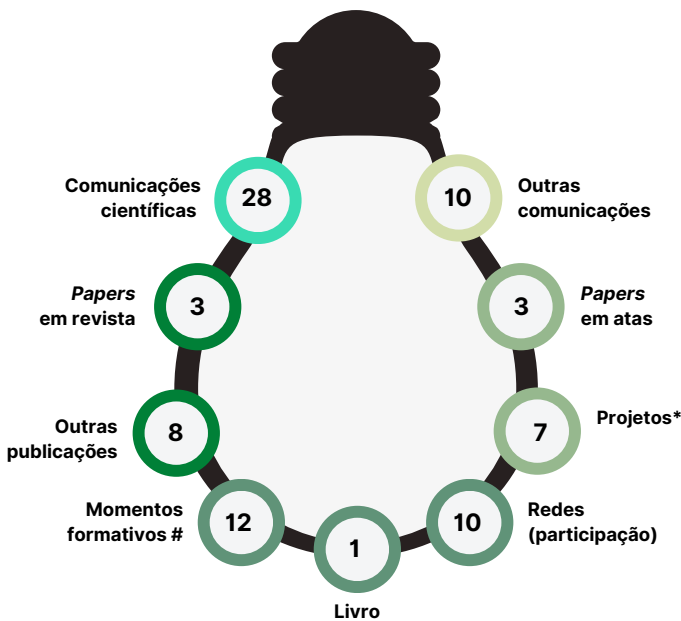


Figura 10: Outputs (N=82) por categoria. Reportados por investigadores da iniciativa (N=10) em resposta a questionário online pela avaliação externa. * Projetos: 2 aprovados, 5 submetidos; # Em licenciaturas, mestrados, doutoramento, formação pós e não graduada.

Só na rede social académica *ResearchGate*, os 3 artigos publicados totalizam 311 visualizações (1). Considerando que a iniciativa gerou, ao longo de 5 anos, 11 relatórios públicos de estudos com um bom grau de inovação (cf. p. 30) e envolveu um número interessante de investigadores (N=28 e ainda a equipa da FCG), haveria potencial para a produção de um número consideravelmente superior de publicações científicas, com potenciais efeitos multiplicadores na presença do tema em produtos de investigação (mais *views*, mais citações). Um investigador considera que o financiamento recebido foi insuficiente pelo que, tendo as publicações científicas (se em acesso aberto) um custo importante, seria recomendável a existência de uma rubrica para publicações, executada mediante a sua efetiva produção. Para além dos artigos em revista, o estudo "Governar para a Próxima Eleição ou para a Próxima Geração?" [15] garantiu ainda a

publicação de um livro, sendo que se encontra em preparação um outro que resulta do estudo temático da Habitação [11] e perspetiva-se a inclusão de dados da iniciativa num terceiro. A iniciativa contribuiu ainda para a formação em vários níveis de aprendizagem, sendo incluída (i.e., sendo os seus estudos e propostas apresentados/utilizados) nos programas de 12 disciplinas entre licenciaturas (1), mestrados (6), doutoramentos (2), formação pós-graduada (1) e formação não graduada (2). Prevê-se ainda a integração dos resultados destes estudos nas Teses de pelo menos 3 alunos de doutoramento. Atualmente encontram-se a decorrer, no âmbito das temáticas da iniciativa, 2 projetos financiados pela Fundação para Ciência e Tecnologia, tendo sido submetido um outro (sem aprovação ainda que com classificação de excelente), assim como 4 projetos a entidades internacionais. Todos os investigadores referem que a submissão ou colaboração nestes projetos foi motivada pela sua participação na iniciativa Gulbenkian Intergeracional.

Entre todos os respondentes, 4 investigadores referem o envolvimento, nos últimos 5 anos, em redes de trabalho (10 redes) sobre justiça intergeracional ou áreas afins, entendendo que este envolvimento foi altamente motivado pela participação na iniciativa.

Destaca-se ainda a preparação, no contexto de outros estudos em que participam os investigadores, de 2 painéis de discussão sobre justiça intergeracional em conferências internacionais.

[11] Xerez, R., Pereira, E., Cardoso, F. D. (2020). Habitação Própria Em Portugal Numa Perspetiva Intergeracional.

[15] Moury, C., et al. (2021). Governar Para a Próxima Eleição Ou Para a Próxima Geração? O caso de Portugal (1995-2019).

(1) Não havendo dados de visualizações ou *downloads* de todas as publicações no site das revistas, reportam-se as *views* da plataforma *ResearchGate*. É de notar que, para uma das publicações, são referidos 421 *downloads* no site da revista, pelo que o número total de *views* está sub-reportado.

Contributo da iniciativa para a investigação e desenvolvimento

No plano internacional, decorrente da parceria estabelecida com a SOIF para o desenvolvimento da metodologia de avaliação de políticas públicas, são de salientar outros *outputs* que demonstram uma tradução para a prática dos resultados alcançados: a criação de um serviço à comunidade; o desenvolvimento de uma ferramenta de avaliação de políticas quanto a critérios de mobilidade social; ou a organização de debates com especialistas para a criação de *policy briefs*/recomendações.

Entre parceiros e partes interessadas da iniciativa (Fonte: entrevistas), é reiterada a importância dos contributos oferecidos pela mesma para a investigação no tópico da justiça intergeracional. Sobre os estudos salienta-se o seu carácter inovador, com especial destaque para os trabalhos temáticos sobre habitação [11] e mercado de trabalho [13].

"EU ACHO QUE TRAZ TEMAS BONS, POR EXEMPLO, O TEMA DA CASA EU ACHO QUE NUNCA TINHA VISTO AINDA A SER DISCUTIDO ANTES DO ESTUDO DA GULBENKIAN... NEM, POR EXEMPLO, A HABITAÇÃO, O QUÃO MAIS DIFÍCIL TEM VINDO A SER. UMA DAS QUESTÕES DOS RESULTADOS DE UM ESTUDO DIZIA QUE UMA GERAÇÃO HOJE NOS SEUS 20 ANOS, SE COMPRAR UMA CASA JÁ VAI ACABAR DE PAGAR A CASA QUANDO ESTIVER REFORMADO"

Representante de entidade capacitada na nova metodologia. Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

O carácter inovador e por vezes pioneiro dos estudos é reforçado nos relatórios de *peer review* (1), onde é reconhecida pelos pares a qualidade da investigação produzida. Destaca-se a inovação que é a abordagem a temáticas como as da habitação, numa perspetiva de justiça intergeracional.

"ASSIM, E CONCLUINDO, CONCORDO QUE ESTE TRABALHO É PIONEIRO EM TRAZER AO TEMA DA HABITAÇÃO A PERSPECTIVA INTERGERACIONAL."

Peer reviewer sobre o estudo temático da Habitação. Fonte: Relatório de *peer review* cedido pela FCG.

[11] Xerez, R., Pereira, E., Cardoso, F. D. (2020). Habitação Própria Em Portugal Numa Perspetiva Intergeracional.

[13] Martins, P. (2021). Equidade Intergeracional No Trabalho Em Portugal.

(1) Relatórios de *peer review* cedidos pela FCG.

Perceção de impacto

Para avaliar a perceção do impacto, assim como a satisfação dos investigadores (N=28) com a participação na iniciativa, foi enviado um *e-survey* (taxa de resposta 25%; cf. nota metodológica em p. 12). A perceção do impacto acrescenta informação que pode não ser lida nos indicadores científicos, proporcionando uma narrativa sobre os efeitos dos estudos na perspetiva dos investigadores.

O impacto percebido é, de uma forma geral, bastante positivo, sendo notado a vários níveis: i. impacto para o investigador, ii. para a instituição a que está afiliado, iii. e para o conhecimento científico, com potenciais implicações para os problemas sociais (cf. Tabela 1). A consecução de novos indicadores de produção científica, decorrente da participação no projeto, é muito destacada como um impacto para o próprio investigador e para a instituição, atendendo às implicações que os indicadores de produção têm na avaliação individual e institucional e.g., para obter financiamento e carreiras de investigação. É ainda destacado o facto da participação na iniciativa ter possibilitado a contratação de *staff* de investigação (o que pode permitir colocar o tema da justiça intergeracional na agenda de novos investigadores), e a participação em novas redes de trabalho. Não há contudo um consenso quanto à influência da iniciativa na agenda alargada de investigação (um investigador indica que não influenciou; outro que influenciou completamente e os restantes que influenciou moderadamente, Md=4, escala: 0-7).

A um nível mais *macro*, percebem os investigadores que o impacto da iniciativa reside na geração de novo conhecimento e de abordagens inovadoras no âmbito da justiça intergeracional, fazendo de Portugal um caso de estudo (e.g., metodologia de avaliação). Entendem ainda que produziu uma maior consciencialização da sociedade para o tema.

Contributo da iniciativa para a investigação e desenvolvimento

Tabela 1 Impactos da iniciativa Gulbenkian intergeracional identificados pelos investigadores. n= número de investigadores que refere um tópico. Fonte: E-survey aos investigadores (Avaliação externa)

Investigador	Universidade/centro de investigação	Conhecimento científico e sociedade
<ul style="list-style-type: none"> Aprofundamento do conhecimento sobre o tema (n=4) Mais indicadores científicos (n=3) Maior visibilidade do seu trabalho (n=2) Novos interesses de investigação (n=1) Integração em redes de trabalho (n=2) Satisfação por contribuir para a ciência e a sociedade (n=1) 	<ul style="list-style-type: none"> Contratação de <i>staff</i> de investigação e financiamento (n=6) Mais indicadores científicos (n=4) Representação da instituição em redes de parceria (n=4) Novos conteúdos didáticos (n=1) Produção de teses e projetos (n=3) Contributo para o desenvolvimento do conhecimento no tópico (n=1) 	<ul style="list-style-type: none"> Colocação da Justiça intergeracional na agenda de investigação (n=5) Produção de conhecimento sobre o tema (n=4) Abordagens inovadoras (n=1) Maior visibilidade e consciencialização para o tema na sociedade (n=5)

Emerge ainda a ideia de que esta iniciativa é mais visível, robusta e com maior foco do que outras iniciativas em Portugal sobre o mesmo tópico. Dois investigadores contudo, defendem que o impacto da iniciativa não foi o esperado, em razão, defendem, da insuficiente disseminação, não especificando se científica ou nos media (nesta última, note-se, a avaliação aponta para resultados muito otimistas, cf. p. 25).

É digno de nota que o interesse, reconhecimento da relevância e a inovação do tópico da justiça intergeracional foram as principais motivações para o envolvimento dos investigadores na iniciativa. Outras motivações incluem o prestígio da entidade promotora (FCG), ou a possibilidade de criação de emprego científico. Destaca-se que todos os investigadores (respondentes) planeiam dar continuidade ao trabalho iniciado quer seja através da produção de novos *outputs* científicos; aprofundamento da investigação conduzida (i.e., novos estudos ou projetos); uso dos resultados em aulas e teses; ou do investimento em novas linhas de investigação, no âmbito da justiça intergeracional.

Anteveem ou gostariam de dar continuidade à parceria com a FCG nesta temática o que indica um bom grau de satisfação com a colaboração conseguida.

Satisfação dos investigadores

Os indicadores de satisfação são relevantes, pois oferecem pistas sobre os fatores que possam ter contribuído para as limitações ou sucesso das iniciativas e, consequentemente, para oportunidades de melhoria.

Na generalidade, os investigadores consideram que a FCG proporcionou as condições necessárias para a realização dos estudos (1). Entre as áreas analisadas, a do financiamento é contudo aquela em que os investigadores, de forma geral, estão menos satisfeitos (Md=5; escala 0-7 de menor para maior satisfação). Por outro lado, a comunicação com a FCG foi o tópico onde houve maior satisfação (Md=7). Foi também boa a satisfação com as condições científicas, o tempo para a realização do estudo, a disseminação, e os resultados finais (Md=6).

(1) Apenas um dos investigadores entende que não foram criadas as condições necessárias, encontrando menor satisfação quanto ao financiamento e à articulação com a entidade promotora.

Contributo da iniciativa para a investigação e desenvolvimento

Constrangimentos à investigação

Na prossecução dos estudos propostos, foram identificados constrangimentos pelos investigadores (n=5). Em essência, estes relacionam-se com as limitações a atividades presenciais impostas pelas medidas de contingência da Pandemia COVID-19; insuficiência/inadequação dos dados disponíveis para as análises propostas; e dificuldades de articulação com os participantes. Em iniciativas baseadas em estudos, vê-se como benéfica a constituição de um painel de acompanhamento

da FCG e entidades parceiras da academia, que possam apoiar os investigadores na mitigação de eventuais riscos para os projetos.

À questão "Se tivesse oportunidade de iniciar o estudo novamente, o que faria de diferente?", os investigadores assinalam que limitariam o âmbito do estudo e dos participantes, apostariam mais na disseminação, utilizariam outras abordagens à análise de dados, contratariam mais *staff* e procurariam garantir melhores condições financeiras.

Destaques

- O carácter inovador e por vezes pioneiro dos estudos produzidos na iniciativa, assim como a sua elevada qualidade e relevância para temas atuais reflete-se no interesse público (destaque mediático, *p.* 25) e político (*p.* 14).
- Evidência de contributos da iniciativa para a formação (graduada e não graduada) e trabalho académico no âmbito da justiça intergeracional (e.g., teses), relevante para captar o interesse de novas gerações de investigadores para o tópico.
- Evidência de a iniciativa ter contribuído para estimular, entre investigadores envolvidos, a inclusão/reforço do tema da justiça intergeracional na sua agenda de investigação. Reconhecem os investigadores a influência que a sua participação na iniciativa teve na definição de novas linhas de trabalho, submissão de novos projetos e adesão a redes de trabalho na área da justiça intergeracional ou áreas afins.
- Divulgação expressiva dos estudos da iniciativa em encontros científicos, atribuindo visibilidade ao tema no meio científico.
- Implementação de *peer reviews* para os estudos temáticos contribuiu para a garantia de qualidade dos estudos, boa prática que teria feito sentido replicar para os estudos temáticos e propostas.
- Bom nível de satisfação dos investigadores com a sua participação na iniciativa, com expectativa de continuidade de trabalho com a FCG na justiça intergeracional.
- Número limitado de indicadores de produção científica, atendendo ao número, qualidade e grau de inovação dos estudos/relatórios produzidos, assim como à duração da iniciativa, e número de investigadores implicados. Em iniciativas futuras, mecanismos de estímulo à produção científica (designadamente de artigos em revista) poderão passar pelo compromisso contratual com as equipas contratadas e apoio financeiro para a publicação em acesso aberto.
- Inexistência de um procedimento de monitorização, ao longo da iniciativa, dos *outputs* científicos, poderá resultar num sub-reporte dos resultados. Em iniciativas futuras importa prever (mesmo contratualmente) tanto o registo sistemático de tais *outputs* como a colaboração com estudos de avaliação externa.
- A necessidade de calibração dos estudos, identificada pelos investigadores, quanto à sua abrangência, exequibilidade, *timeline* e financiamento sugere que iniciativas futuras baseadas em estudos poderão beneficiar da constituição, pela entidade promotora, de um painel de acompanhamento.

Justiça para todas as gerações

A voz das gerações

Representando, em parte, um "proxy" para os interesses das gerações futuras, foram envolvidos jovens na iniciativa através do projeto #GeraçõesComVoz (~100, de Portugal Continental, nascidos em 2002 e 2004). Este projeto teve como objetivo identificar as opiniões dominantes nas gerações mais jovens sobre temas relacionados com a justiça intergeracional. Trata-se, portanto, de uma peça-chave da iniciativa por dar visibilidade à perspectiva dos jovens sobre o assunto. Todavia, sendo um estudo de diagnóstico, os jovens são envolvidos a um nível relativamente baixo de participação (i.e., são consultados), com a exceção para os vídeos de *storytelling*, sugeridos por e co-construídos com os jovens. À exceção do projeto #Gerações ComVoz, não existe evidência de envolvimento de jovens ao longo da iniciativa, ainda que se dê nota de algumas colaborações com entidades dedicadas aos jovens e aos seus interesses, sobretudo em fase de encerramento do projeto e ainda sem muita evidência de continuidade. São exemplo as conversações, acerca da metodologia de avaliação, com o Conselho Nacional de Juventude; as apresentações na *Apolitical Academy* e OCDE (a especialistas na área *youth empowerment and intergenerational equity*); a colaboração, no âmbito da metodologia de avaliação, com especialistas da Casa Civil nas áreas da juventude e diálogo intergeracional; e a participação de jovens (#GeraçõesComVoz) na conferência final da iniciativa. Ainda que se destaquem estas colaborações, não existe evidência de que tenham sido estabelecidas parcerias sólidas com grupos organizados de jovens que pudessem assumir um papel mais "vocal" e com os quais fosse possível co-contruir ações sobre justiça intergeracional. Em Portugal, existem exemplos de interesse como, e.g., a plataforma 100 Oportunidades e a *Global Shapers*, com o trabalho "50 medidas para promover um debate intergeracional de fundo na sociedade

portuguesa pós-covid-19". Aqui dá-se nota de momentos de colaboração entre a iniciativa e a *Global Shapers*. Há interesse de movimentos associativos juvenis no tema, como mostra a referência à iniciativa da FCG no "Manifesto" da Federação Nacional das Associações Juvenis (1). Entre parceiros da iniciativa Gulbenkian Intergeracional, emerge a ideia de que teria sido relevante envolver os mais jovens (alunos do ensino secundário e superior) ativamente, inclusivamente na experimentação da metodologia de avaliação de políticas. Ao nível do ensino superior existe alguma evidência do uso, pelos investigadores e coordenação da iniciativa, desta metodologia em contexto formativo (e.g., mestrado na NOVA; cf. p. 31). São contudo experiências ainda pontuais que, sem estruturas de continuidade, poderão perder *momentum*.

"É INTERESSANTE PARA SER FEITO POR ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR (...) PORTANTO, REFORÇAR A SENSIBILIDADE DAS NOVAS, DAS JOVENS GERAÇÕES PARA A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (...) PRONTO ATRIBUIR UMA TAREFA, DUAS OU TRÊS TAREFAS AOS ALUNOS E ELAS IRIAM FAZER ESSA APLICAÇÃO, ESCOLHERIAM OS ATORES QUE IRIAM AVALIAR, QUE QUERIAM ENTREVISTAR, ENFIM, PRONTO CORRIAM AS VÁRIAS FASES DO PROCESSO."

Parceiro da iniciativa (E2). Fonte: Entrevistas (avaliação externa)

Ainda no projeto #GeraçõesComVoz houve o propósito de promover o diálogo intergeracional, desafiando-se os jovens a entrevistar pessoas de gerações mais velhas. Dados acerca dos efeitos desse diálogo nos jovens são escassos, tendo sido feita uma análise qualitativa comparativa dos discursos em grupos focais (constrangidos pela pandemia) conduzidos pré e pós *assignment*. Na avaliação externa, procurou-se aferir os efeitos percebidos. Contudo, dois anos após o projeto, a taxa de resposta foi muito baixa (cf. p. 36, nota 1).

"ACHEI A EXPERIÊNCIA EXTREMAMENTE ENRIQUECEDORA, PERCEBI O PONTO DE VISTA DE UMA GERAÇÃO DIFERENTE O QUE FEZ COM QUE EU OLHASSE COM DIFERENTES OLHOS PARA CERTOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE"

Jovem participante no projeto #Geraçõescomvoz, sobre o diálogo intergeracional (J1). Fonte: Questionário (avaliação externa)

[SOBRE MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO APÓS PARTICIPAÇÃO NO PROJETO]

"INSCREVI-ME NA REDE DREAM TEENS, PARTICIPEI EM PROJETOS DA OMS, PARTICIPEI EM CONFERÊNCIAS, DESENVOLVI UM PROJETO JUNTAMENTE COM DOIS OUTROS JOVENS."

Jovem participante no projeto #Geraçõescomvoz (J2). Fonte: Questionário (avaliação externa)

Justiça para todas as gerações

Da análise pelas autoras do estudo, concluíram que o diálogo intergeracional demonstrou valor "na desconstrução de crenças intergerações, com o aumento da sensibilização para as contingências (...) e com a promoção de maior conhecimento e maior ação transformadora para os problemas das gerações atuais e seguintes" [10]. É nessa linha que recomendam a criação, em co construção com os jovens, de uma plataforma "que una gerações e promova o diálogo intergeracional" (*ibidem*). Todavia, à exceção do trabalho naquele projeto, não existe evidência de que tenham sido promovidas oportunidades de diálogo intergeracional, não obstante a importância deste diálogo reiterada em documentos de agências internacionais (e.g., OCDE [24]). Sendo os mais velhos um eleitorado mais poderoso do que os mais novos, a reparação da justiça intergeracional depende, em parte, do altruísmo intergeracional que deve ser fomentado. Ainda, os mais velhos e os mais novos nem sempre têm interesses diferentes para o futuro: as diferentes gerações estão ligadas por vínculos familiares e afetivos, e com frequência partilham normas, valores e interesses. Internacionalmente, dá-se conta de movimentos tanto de gerações mais jovens (e.g., *Fridays for Future*) como de gerações mais velhas (e.g., *Seniors for Future*) em prol de um futuro para todos. O envolvimento, na iniciativa, de grupos organizados/associações de pessoas mais jovens e mais velhas poderia afigurar-se como uma abordagem viável para dar início ao diálogo intergeracional. Com efeito, dá-se conta de insuficiências também no envolvimento de

(1) Para o seguimento pela equipa de avaliação externa, a equipa original do projeto contactou as escolas e solicitou a participação dos jovens maiores de idade na avaliação. Foi enviado um questionário online aos 16 jovens que aceitaram ser contactados, contudo a taxa de resposta foi muito baixa (apenas 2 respostas), não obstante os inúmeros *reminders* enviados. Citados os jovens que contribuíram. [8] Maximiano, S. (2018). Preferências Intergeracionais Da População Portuguesa.

[10] Gaspar de Matos, M., Branquinho, C. (2021). Uma Visão Dos Jovens Sobre Justiça Intergeracional - #GeraçõesComVoz. (p. 47)

[24] OECD (2020), Governance for Youth, Trust and Intergenerational Justice: Fit for All Generations? doi.org/10.1787/c3e5cb8a-en.

pessoas mais velhas, auscultadas essencialmente no âmbito do estudo de diagnóstico [8]. Sem um diálogo entre gerações, haverá tendência a retratar as discussões sobre justiça intergeracional como um conflito entre gerações (veja-se e.g., o título de imprensa "Egoísmo? Portugueses recusam fazer sacrifícios pelas gerações do futuro" (2), com o risco associado de desviar a atenção de decisores da necessidade em responder às desigualdades estruturais que existem entre e intra *cohorts* etários [24]. Na comunicação da iniciativa, foi reconhecido o foco do discurso apenas nas gerações futuras (o que se reflete nos estudos, e.g., nas *key-words* para os discursos parlamentares), tendo havido ações corretivas ao longo do projeto para colocar a tónica na justiça para todas as gerações.

Destaques

- Auscultação de gerações mais novas e mais velhas em estudos de diagnóstico/caracterização.
- Emergência de ações com potencial para envolver os mais jovens no tema da JI (e.g., formação no ensino superior, comunicações em associações jovens).
- Trabalhar *para* versus trabalhar *com*: Insuficiente envolvimento de grupos/associações de jovens nas diversas fases da iniciativa. Sendo os jovens entendidos como 'proxy' dos interesses das gerações vindouras, esta lacuna é particularmente importante mesmo se considerada a diferença geracional com quem planeia, implementa e dissemina a iniciativa. Em iniciativas futuras, seria instrumental dar voz e capacitar os que viverão por mais tempo com as consequências das decisões atuais.
- Promovidas poucas oportunidades de diálogo intergeracional sobre formas de abordar desafios intertemporais e pensar num futuro promissor. Seria fundamental promover fóruns participativos interativos que reúnam diferentes gerações para criar conhecimento e significado partilhados. A constituição de um painel residente de cidadãos das diversas esferas da sociedade e que possam constituir pivots de mudança seria útil ao desenho, implementação e dimensionamento de futuras iniciativas em virtualmente qualquer âmbito.

(2) <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/egoismo-portugueses-recusam-fazer-sacrificios-pelas-geracoes-do-futuro-10983212.html>

Gulbenkian Intergeracional

HISTÓRIA DE IMPACTO

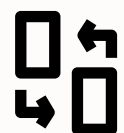
A iniciativa Gulbenkian Intergeracional traduz-se em cinco anos de trabalho (2018-2022) dedicado a trazer a justiça intergeracional para a discussão pública e para a agenda política, assim como a incentivar os decisores políticos a considerar critérios de justiça intergeracional na definição de políticas públicas. Com forte investimento na criação de conhecimento, a iniciativa produziu, entre outros outputs, 9 estudos (5 de diagnóstico e 4 temáticos) e 2 propostas, incluindo uma nova metodologia de avaliação do impacto intergeracional das políticas públicas.

Produtos

5 estudos de diagnóstico



4 estudos temáticos



2 propostas

Incluindo

1 Metodologia inovadora

Avaliação de políticas públicas



3 Policy Briefs

Diagnóstico

- **Desafios sobre Justiça Intergeracional**
Baseado no trabalho de Axel Gosseries, 2018
- **Perceções da Classe Política Portuguesa sobre a Justiça Intergeracional**
Catherine Moury, Daniel Cardoso, Maria Cerejo, 2018
- **Preferências Intergeracionais da População Portuguesa**
Sandra Maximiano, 2018
- **Justiça Intergeracional e Sustentabilidade – Uma Análise dos Discursos Parlamentares e dos Media**
Joana Gonçalves de Sá, Paulo Almeida, Lília Perfeito, 2020

Estudos temáticos

- **Uma Visão dos Jovens sobre Justiça Intergeracional - #GeraçõesComVoz**
Margarida Gaspar de Matos, Cátia Branquinho, 2021
- **Habitação Própria em Portugal numa Perspetiva Intergeracional**
Romana Xerez, Elvira Pereira, Francielli Cardoso, 2020
- **Finanças Públicas, uma Perspetiva Intergeracional**
Francesco Franco, Luís Teles Morais, Tiago Bernardino, João Jalles, 2021
- **A Equidade Intergeracional no Trabalho em Portugal**
Pedro S. Martins, 2021
- **Limites Ecológicos: o Impacte Intergeracional do Uso de Recursos Naturais**
Tiago Domingos, Ricardo da Silva Vieira, 2021

Propostas

- **Governar para a Próxima Eleição ou para a Próxima Geração?**
Catherine Moury, Daniel Cardoso, Ana Paula Costa, Mafalda Escada, 2021
- **Metodologia de Avaliação do Impacto Intergeracional das Políticas Públicas**
School of International Futures, 2021

Formação

- **Metodologia de avaliação - formações online**
Cinco sessões (3 de 1 hora; 2 de 3 horas) dinamizadas pela SOIF, 2021
- **Metodologia de avaliação - Casa Civil da Presidência da República**
A convite do Presidente da República, 2022

Encerramento

- **Conferência final "O estado do futuro: um compromisso entre gerações"**
2022
- **Estratégia de saída**
Apoio ao Economics for Policy Knowledge Center da NOVA SBE e ao Institute of Public Policy (IPP)

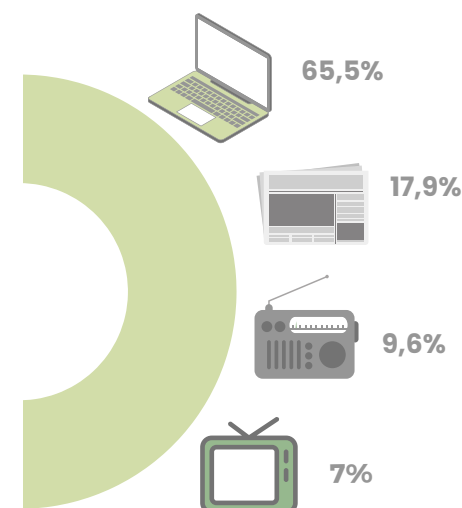
Discussão pública

Contributos para colocar a Justiça Intergeracional na discussão pública

313 notícias nos media

sobre a Gulbenkian Intergeracional

+60% em media de grande notoriedade



(*) % de notícias por tipo de media.

~33 mil pessoas

mediana de alcance potencial

~25 milhões de contactos

potenciais com as notícias nos media

Gulbenkian Intergeracional

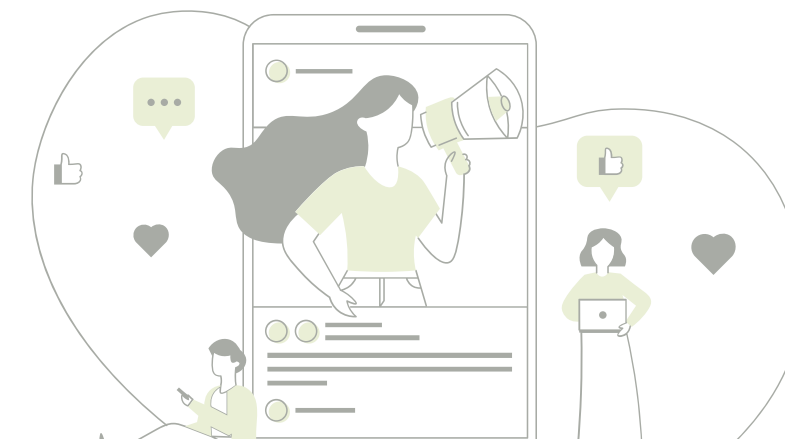
17%

De todas as notícias sobre **justiça intergeracional** em 3 jornais online de grande alcance

41%

Das notícias sobre **justiça intergeracional** com referência a estudos e/ou ações

(*) Notícias com o termo "intergeracional" no Público, Expresso, e Correio da Manhã online, publicadas entre Jan. 2015 - Nov. 2022.



~ 5 Milhões de pessoas

alcançadas nas redes sociais

~ 2 Milhões de interações

com as publicações em redes sociais

(*) Indicadores em 4 anos (2019-2022)

WWW.
>de Hoje para Amanhã



~70 mil visualizações

do **microsite** da Gulbenkian Intergeracional

~7 mil downloads

dos **estudos** da Gulbenkian Intergeracional

O Estado do Futuro:
Um Compromisso Entre Gerações [Conferência de encerramento]




1950 participantes

150 em auditório
1800 online

Agenda Política

Contributos para colocar a Justiça Intergeracional na agenda política

 **69 deputados** Inquiridos sobre Justiça Intergeracional

13 deputados Entrevistados em profundidade sobre o tema

Estudos citados em:

2 projetos de lei

Área habitação
N.º 319/XV/1.ª (PAN)
N.º 275/XV/1ª (CH)

1 projeto de Resolução

Área Emprego
N.º 164/XV/1.ª (PS)

Debates políticos

e.g., Debate do Orçamento de Estado para 2022 (Ministro da Economia); Reunião Plenária em AR (Margarida Mano, 03/07/19)

Relevância da iniciativa reconhecida por atores políticos

“OS ESTUDOS QUE HOJE SÃO APRESENTADOS PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN REPRESENTAM UM CONTRIBUTO VALIOSO PARA ESTE DEBATE (...)”

Marcelo Rebelo de Sousa, Conferência O estado do futuro: um compromisso entre gerações

“E, PORTANTO, AQUILO QUE FORAM OS VÁRIAS ALERTAS QUE A FUNDAÇÃO, ATRAVÉS DOS ESTUDOS, CONSEGUIU LANÇAR NA ÁREA DA HABITAÇÃO, NA ÁREA DO TRABALHO, ENTRE OUTRAS. É DE FACTO ALGO QUE... ME FOI INTERESSANTE, COMO AGENTE POLÍTICO.”

Deputado (PS). Entrevistas (avaliação externa)

Definição de Políticas

Incentivo à consideração da Justiça Intergeracional na definição de políticas

Nova Metodologia desenvolvida

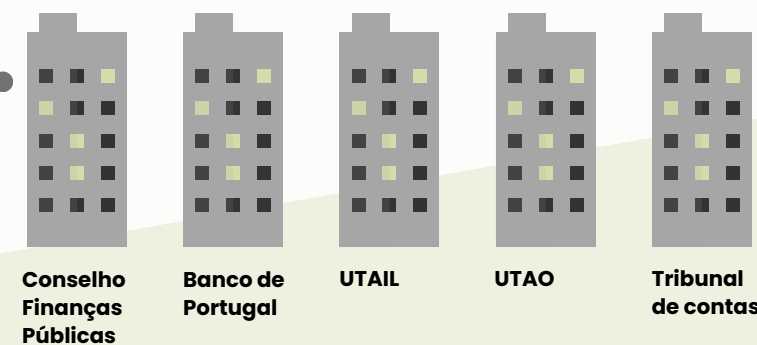
Metodologia de Avaliação do Impacto Intergeracional de Políticas Públicas

Desenvolvimento

Participação de **+ de 400 especialistas**

nacionais e internacionais

Entrevistas
Avaliações piloto de políticas (e.g., medidas de *layoff*)
Revisão de pares



Impacto nos especialistas

“A TEMÁTICA EQUIDADE INTERGERACIONAL FICOU MAIS PRESENTE... A TODOS OS NÍVEIS (...) NOS TÉCNICOS E NAS CHEFIAS (...) PASSAMOS A INCORPORAR ESTA EQUIDADE, ESTE OBJETIVO DE COMO A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS AFETAM AS VÁRIAS GERAÇÕES E A FORMA DE O FAZER PASSOU A SER UM OBJETIVO MAIS PRECISO.”

Entidade nacional. Entrevistas (Avaliação externa)

Resultado

Metodologia reconhecida como **Pragmática User-friendly Compreensiva Multidisciplinar Inovadora**

5 etapas flexíveis

- 1 Diagnóstico
- 2 Impacto
- 3 Cenários
- 4 Processos
- 5 Conclusões


“TO MY KNOWLEDGE, IT'S ONE OF THE VERY FEW PRACTICAL ATTEMPTS BY A NON-GOVERNMENTAL STAKEHOLDER TO MEASURE INTERGENERATIONAL FAIRNESS IN POLICYMAKING”

Moritz Ader, OCDE. Entrevistas (Avaliação externa)

Formação

Formações online

Introdutórias e práticas
5 edições

 **59 participantes**

Formações à medida

e.g., à Casa Civil a convite do **Presidente da República**

25 Governo | 21 Academia
9 Sociedade Civil | 3 outros
1 Parlamento Europeu

 **30 entidades capacitadas**

Inclui: Ministério das Finanças, MTSSS, Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros e outros

“[A FORMAÇÃO] “PROMOVEU UMA NOVA FORMA DE PENSAR E REVER CRITICAMENTE OS IMPACTOS DE PROJETOS E POLÍTICAS.”

Formando. E-survey (Avaliação externa)

Investigação e desenvolvimento

Contributos para a investigação sobre Justiça Intergeracional

82 outputs científicos

Publicações
Comunicações
Outros

Qualidade e Inovação

dos **estudos** reconhecida por *stakeholders* e revisores

“ESTE TRABALHO É PIONEIRO EM TRAZER AO TEMA DA HABITAÇÃO A PERSPECTIVA INTERGERACIONAL.”

Revisão de pares sobre o estudo da Habitação.

Áreas de impacto

Conhecimento científico e sociedade

Colocação da **Justiça Intergeracional** na agenda de investigação
Novo conhecimento


Investigadores

Novas linhas de investigação
Submissão de novos **projetos** sobre o tema
Integração em **redes**
Indicadores científicos

Universidades

Contratação de staff e financiamento
Conteúdos didáticos para disciplinas de ensino graduado e não graduado, e **teses**

 **10 redes**

 **12 disciplinas**

 **7 Projetos**

 **3 teses**

(*) Impacto da iniciativa percebido pelos investigadores participantes.



Contactos



Constança Paúl:
paul@icbas.up.pt
Soraia Teles:
stsousa@icbas.up.pt



Departamento de Ciências do
Comportamento (ICBAS)
+ 351 220428165



ICBAS
Rua de Jorge Viterbo
Ferreira, 228
4050-313 Porto